

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
INFORMAÇÃO Nº 156SI/02/DSI/MEC/71

ASSUNTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE EDITÓRAS BRASILEIRAS

ORIGEM: ---

AValiação: ---

DIFUSÃO ANTERIOR: ---

DIFUSÃO ATUAL: Universidade Federal de Minas Gerais

REFERÊNCIA: ---

ANEXOS: Documento com 4 páginas (cópia)

Encaminho, para conhecimento desse órgão, cópia anexa de informações chegadas a esta Divisão, contendo considerações sobre EDITÓRAS BRASILEIRAS e sua ação ideológica anti-democrática.

Considerações sobre EDITÓRAS BRASILEIRAS e sua ação ideológica anti-democrática.

I - As editóras VOZES, HERDER e CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA têm publ

II - Examinemos, agora, os livros da ZAHAR EDITÓRES, que tem como lema: A Cultura a Serviço do Progresso Social (progresso social 'entendido de modo diverso por aqueles realmente democratas).

São obras de orientação suspeita:

"Capitalismo Monopolista" - de Baran e Swezy;  
"Dependência e Desenvolvimento da América Latina" - de Cardoso;  
"Introdução à História das Ideias Econômicas" - de Heilbroner;  
"História das Doutrinas Econômicas" - de Heilmann;  
"Acumulação do Capital" - de Luxemburg;  
"Teorias Econômicas, de Marx a Keynes" - de Schumpeter.

Ainda no  
"Escritos Ec  
"História da  
da URSS;  
"O Capital"

Em sua Biblioteca de Cultura Científica, a ZAHAR EDITÓRES incluiu a obra de Fataleiev - "O Materialismo Dialético e as Ciências da Natureza".

De vez em quando, porém, a ZAHAR edita livros isentos de propaganda filo-comunista (talvez forçada pelas circunstâncias políticas do Brasil atual), caso em que está a excelente obra de dois professores e pesquisadores - "A Opinião Pública" - de Robert Lane e David O. Sears, cuja leitura recomendamos não só em geral, como, principalmente, aos que militam no campo das comunicações de massa, sejam profissionais, estudantes ou professores, e ainda, aos que trabalham em órgãos de Informações.

Examinemos mais detalhadamente as edições da ZAHAR porque são as mais procuradas pelos estudantes (de modo especial, universitários), pois as mesmas procuram se enquadrar em matérias como Sociologia, Ciências Sociais, História, Economia, Administração, Psicologia, etc..



Table 16

USAID/BRAZIL Participant Training Grant Program - Number of Participants  
Summary FY 1962-74

|                     | FY-62/67    | FY-68      | FY-69      | FY-70      | FY-71      | FY-72      | FY-73      | FY-74      | TOTAL       |
|---------------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| Agriculture         | 726         | 189        | 144        | 141        | 60         | 50         | 78         | 33         | 1421        |
| Education           | 344         | 177        | 275        | 287        | 259        | 273        | 253        | 55         | 1923        |
| Health              | 175         | 39         | 53         | 24         | 16         | 2          | 3          | -          | 312         |
| Pub. Administration | 188         | 108        | 85         | 125        | 173        | 17         | 22         | 46         | 764         |
| Natural Resources   | 30          | 31         | -          | -          | -          | -          | 14         | 40         | 115         |
| Priv. Enterprise    | 99          | 42         | 59         | 8          | -          | -          | -          | -          | 208         |
| Infrastructure      | 101         | 36         | 50         | 41         | 51         | -          | -          | 25         | 304         |
| Housing             | 75          | 59         | 49         | -          | -          | -          | -          | -          | 183         |
| Labor               | 383         | 125        | 85         | 90         | 10         | -          | -          | -          | 693         |
| Public Safety       | 324         | 59         | 37         | 45         | 46         | 34         | -          | -          | 545         |
| Food for Dev.       | 43          | 10         | 15         | 17         | 19         | 5          | 5          | -          | 114         |
| Partners Alliance   | -           | 6          | -          | -          | -          | -          | -          | -          | 6           |
| <b>TOTAL ...</b>    | <b>2488</b> | <b>881</b> | <b>852</b> | <b>778</b> | <b>634</b> | <b>381</b> | <b>375</b> | <b>199</b> | <b>6588</b> |

Número de bolsistas brasileiros financiados pela Usaid entre 1962 e 1974, segundo área de atuação. A tabela expressa o progressivo declínio da atuação da Usaid no Brasil. É importante observar, também, que o setor de educação foi aquele que recebeu maior número de bolsas no total. [Fonte: Usaid Clearinghouse, outubro de 1980]

Universidade de Brasília

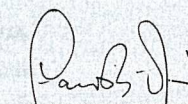
Of. FUB-C-012/69

Brasília, 5 de maio de 1969

Senhor Diretor:

Em atenção ao Of. CONF Nº 104/SEP/DSI/MEC, faço acompanhar a relação dos 54 professores admitidos a partir de janeiro do corrente ano, esclarecendo terem estas admissões sido feitas para substituir 80 professores que tiveram seus contratos rescindidos a partir de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe as expressões de estima e consideração.

  
CAIO BENJAMIN DIAS  
Reitor

Excelentíssimo Senhor  
General WALDEMAR RAUL TUNOIA,  
MD. Diretor da DSI/MEC  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
BRASÍLIA - DF

/mala

Reitor da UnB informava à DSI/MEC a demissão de oitenta professores no início de 1969 e enviava a lista dos novos contratados. [Fonte: Fundo SNI/AN, maio de 1969]



*Boavista*

**S E C R E T O**

*fls 59*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Sylvio Carvalho de Vasconcelos

Professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

CIS/Exército

Relacionado pela CIS-Exército como tendo exercido, em 1974, intensa atividade comunista; em 45, participado da "Embaixada Luiz Carlos Prestes" de comunistas de Minas Gerais que foi ao Rio de Janeiro de 1945.

Quando diretor da Faculdade de Arquitetura da U.F.M.G., facilitou a ação subversiva dos alunos no interior da mesma. Foi demitido pelo Presidente da República das funções de diretor da F. Arquitetura.

Foi submetido a IPM, quando ficou sobejamente provada a sua participação subversiva no meio universitário. Asilou-se em Paris. Seu nome constou da relação para "cassação" elaborada pela Comissão de Investigação de Minas Gerais. Com o passar do tempo, reassumiu suas funções de professor.

RECOMENDAÇÃO DA CISMEC: Imediato afastamento das funções de diretor do Serviço de Patrimônio Artístico e Nacional, aposentadoria dos cargos federais que ocupe e cassação dos direitos políticos por dez anos.

**S E C R E T O**

Ficha sintética da Cismec propondo a aposentadoria do professor Sylvio de Vasconcellos, acusado de militância comunista na juventude e de proteger estudantes de esquerda, quando era diretor da Faculdade de Arquitetura da UFMG. [Fonte: Fundo ATD/AHRS, 1969]

*Os Doc.*

**CONFIDENCIAL**

*49728*

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA DE FORTALEZA

INFORMAÇÃO Nº *243* /AFZ/SNI  
(120 - 16/19)

DATA : *09* JUN 72

ASSUNTO : *[REDACTED]*

REFERÊNCIA : a. Infão nº 520272E/71/AC/SNI  
b. Infão nº 166/72/AFZ/SNI  
c. Infão nº 182/72/AFZ/SNI, item 2.c.2  
d. Infão nº 240/72/AFZ/SNI

DIFUSÃO : AC/SNI

ANEXO : A - Cópia da Infão nº 16/72/AESI/UFCE  
B - Cópia de recorte do jornal UNITÁRIO, edição de 28 MAI 72.

**S.N.I.**  
**AGÊNCIA CENTRAL**  
**111967 12 JUN 72**  
**PROTOCOLADO**

Esta Agência informa o seguinte:

- Em 1971, o nominado foi objeto de levantamento por essa AC que o considerou NÃO LIBERADO e, posteriormente, LIBERADO, porém, com a condição de ser mantido em observação por esta AFZ (Infão de referência a).
- Em 1971, foi nomeado Pró-Reitor de Extensão da UFCE, função que ainda exerce.
- Como Pró-Reitor de Extensão, indicou para coordenar um Curso de Fotografia e Cinema, na UFCE, o Prof. *[REDACTED]* (Anexo A) - objeto dos expedientes das referências c e d.
- Recentemente, o nominado fez apresentação do livro de autoria de *[REDACTED]*, intitulado "A ESTRUTURA DESMONTADA" - cujo conteúdo é um ensaio sobre duas obras de *[REDACTED]* ZES/conhecido comunista (Anexo B).

////////////////////

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA  
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS.  
(Art. 62 - Dec. nº. 60.417/67 Regulamento  
para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

*Um Doc. Infão nº 972/19/AC*  
*Um PRG. 12002/72 e 12003/72*

**CONFIDENCIAL**

A Agência Central do SNI inicialmente vetou a nomeação de professor "suspeito"; depois a liberou, desde que ele fosse mantido em observação. [Fonte: Fundo SNI/AN, junho de 1972]



Final Report of Higher Education Team of  
the Midwest Universities Consortium for  
International Activities (MUCIA)

In conformance with USAID contract No. 1a/380, this is the final report of the higher education team and represents a summary of its accomplishments; the procedures and methods it used; recommendations, including its unfinished work; and suggestions for program continuation.

Contractual Basis of the Project

On June 23, 1965, the Brazilian Ministry of Education, acting for the Government of Brazil, and USAID-Brazil, acting for the United States Government, signed an agreement whose general purpose was to expand and improve Brazil's system of higher education. (See Exhibit 1)

On May 11, 1966, USAID signed a contract with the Midwest Universities Consortium for International Activities, Inc. (MUCIA) to have it provide the counsel and advice of U. S. educational advisors to Brazilian educational planners on the development and implementation of goals designed to bring about needed improvements and expansion of the higher educational system. (See Exhibit 2). Since MUCIA assumed responsibility for meeting the terms of the contract, its board appointed a project advisory committee to represent it in matters related to the contract. One representative from each of the Consortium's institutions was appointed, as follows:

Samuel E. Braden, Vice President and Dean for Undergraduate Development, Indiana University, subsequently replaced by

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO Nº 113/AESI/USP/74 (continuação) Fls.2

3 - Ao apresentá-lo, declarou o Presidente do CEUPES poder ser considerada como "uma grande vitória política" e exposição de tão eminente especialista, já que a Universidade, ultimamente, carecia de debates políticos".

4 - O tema proposto pelos alunos, para a conferência, seria o "Papel do Universitário na Sociedade Brasileira", mas o Prof. FLORESTAN FERNANDES, alegando que os estudantes já deveriam saber que o seu papel é o de transformar essa mesma sociedade, preferiu fazer uma "Análise Sociológica da Revolução Burguesa" no mundo.

5 - Discorrendo sobre a situação brasileira, afirmou: "A burguesia está no poder e o problema é desalojá-la para efetuar-se a revolução socialista e socialistas, como somos, devemos fazer essa desalojamento". "Nas sociedades de classes a desigualdade é notável e não há igualdade política. Essa igualdade é somente teórica." "Os grupos de classes sociais têm que abafar os descontentamentos de outras classes sociais e, assim, hoje, aqui no Brasil, a burguesia se utiliza da repressão e da corrupção, no seu nível social. Uma burguesia que se torna assim tão violenta, receberá uma resposta mais violenta."



Primeira página do relatório final do consórcio de universidades norte-americanas do Meio-Oeste (Mucia), que, a serviço da Usaid, manteve convênios com instituições de ensino superior brasileiras. [Fonte: Usaid Clearinghouse, setembro de 1968]

ASI vigiou palestra do professor Florestan Fernandes (aposentado pelo AI-5) na USP, na aula inaugural do curso de ciências sociais da FFLCH. [Fonte: Fundo SNI/AN, abril de 1974]



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA DE SALVADOR

ARACAJU - SERGIPE

DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 94/REP/SE/ASY/SNI/74

Data : 23 de maio de 1974  
Assunto : PROTESTO JUDICIAL feito por [REDACTED]  
contra a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
Origem : REP/SE  
Referência :  
Difusão :  
Anexo :

1. De referência ao assunto em epígrafe, passo a informar:
2. Nos termos dos artigos 867 e 868 do Código de Processo Civil, a Sra. [REDACTED] promoveu um PROTESTO JUDICIAL contra a Universidade Federal de Sergipe, alegando o fato de ter sido aprovada em concurso para o cargo de Auxiliar de Ensino, cuja vaga está prestes a ser ocupada por outro candidato, com preterição ao seu direito.
3. Corree, porém, que o Magnífico Reitor, Professor Luiz Bispo não efetivou sua nomeação, porque o nome da referida senhora não havia sido liberado pelos Órgãos de Informações, desta área.
4. Valendo-se de uma Certidão fornecida pelo Auditor Militar da 6ª Região Militar, a Sra. [REDACTED] - instruiu o tal PROTESTO, o qual foi deferido pelo Juiz Federal, Dr. [REDACTED], publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe, de 07/05/74.
5. Seguindo as diretrizes emanadas do Governo Revolucionário, o Reitor [REDACTED] tem vetado o ingresso de todas as pessoas

Professora aprovada em concurso para a UFS e impedida de tomar posse por veto dos órgãos de informação recorreu à Justiça na tentativa de assumir o cargo, sendo monitorada pelo SNI. [Fonte: Fundo SNI/AN, maio de 1974]

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA CENTRAL

PEDIDO DE BUSCA Nº 033/52/AC/76

DATA : Em 08 de Novembro de 1976.  
ASSUNTO : MANLIO GARIBALDI FISCHER FILIZZOLA  
Chefe da ASI/UFRRJ.  
ORIGEM : AC/SNI (PRG 24587/76)  
DIFUSÃO : DSI/MEC

Dados conhecidos:

1. MANLIO GARIBALDI FISCHER FILIZZOLA  
DLN: 09/08/16 Santa Maria/RS  
Filiação: José Garibaldi Filizzola e Concordia Cristina Holsback  
Fischer Filizzola  
Profissão: Major Brigadeiro - R/1  
Atividade Atual: Chefe da ASI/UFRRJ.

2. De acordo com o Informe (B-2) recebido por esta Agência, a situação com relação ao desempenho do nominado naquela Assessoria é a seguinte:

- a) sabia do tráfico de entorpecentes na UFRRJ (maconha e cocaína) e de seu uso pelos alunos e não tomou providências junto à Reitoria;
- b) só ia à Universidade às segundas e sextas-feiras;
- c) não dispõe de informantes na UFRRJ, sendo sempre o último a saber dos fatos.

CONFIDENCIAL

Agência Central do SNI vigiava o chefe da ASI/UFRRJ, suspeito de leniência no cumprimento de atividades de informação. [Fonte: Fundo SNI/AN, novembro de 1976]



004830 - 1 NOV 80  
A.C.F.  
INTAS

CONFIDENCIAL

3330 70 77

28 JUN 77 03851

- 22 Jun 77
- ASI/USP (Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de São Paulo)
- AC/SNI

1. Por longos anos a ASI/MEC/SP foi chefiada por [redacted] que colocou o próprio irmão, [redacted], na chefia da ASI/USP. Os irmãos [redacted], durante o período em que foram responsáveis pelas informações do setor universitário paulista, agiram de forma incorreta e inidônea, cuidando muito mais em tirar proveito pessoal dos cargos que ocupavam do que em cumprir suas obrigações. A situação foi, aos poucos, se deteriorando e em 1975 aquele setor informativo estava totalmente tumultuado.
2. Em Mar 76, poucas semanas após assumir o comando do II Ex, o Gen [redacted] foi alertado sobre o que ocorria por de nunciantes da Delegada do MEC em São Paulo. [redacted] e 7 pelo Reitor da USP, prof [redacted]. Em consequência, o Cmt II Ex solicitou ao Ministro da Educação o afastamento dos irmãos Cherkesian dos cargos que ocupavam. O Ministro da Educação, influenciado pela Chefia da DSI/MEC, inicialmente relutou em adotar as medidas solicitadas mas terminou por afastar [redacted] da Chefia da ASI/MEC/SP. Quanto a [redacted] informou que, por se tratar de funcionário da USP (e não do MEC), cabia ao Reitor exonerá-lo. O Reitor, sob a inexplicável alegação de que [redacted] era "agente federal e temia mexer com ele", resistiu em adotar a providência solicitada, só agindo depois de pressionado.
3. O Gen. Dilermando, afastados os 2 elementos indicou para ocupar a ASI/MEC/SP o Cel R/1 [redacted] e para a ASI/USP o Gen R/1 [redacted]. O primeiro, a despeito das deficiências na estrutura da ASI/MEC, articulou-se rapidamente à comunidade regional de informações e tem se empenhado a fundo em participar das atividades informativas nesta área. Entretanto, o segundo não chegou a assumir de forma efetiva suas funções e não participa, até o presente momento, da comunidade de informações, provocando, com sua omissão mais prejuízos do que os causados pelas irregularidades praticadas por seu antecessor. É assim que, quando acionado, transmite a falsa impressão de que nada de anormal ocorre na USP, enquanto outras fontes produzem informes dando conta de um sem número de problemas que afligem a Universidade. O Gen [redacted] assim agindo, coopera com a forma dissimulada e confusa com que o Reitor se conduz à frente da USP, em detrimento do sistema regional de informações.
4. Em Maio 76 o Ch ASP/SNI, percebendo que o Ch ASI/USP não tencionava agilizar o órgão, iniciou gestões neste sentido junto ao Reitor da USP, ao Cmt II Ex e ao Governador do Estado. Várias e sucessivas entrevistas foram realizadas com as citadas autoridades culminando com uma reunião no Palácio Bandeirantes em Ago 76. Nesta reunião, à qual estiveram presentes o Governador do Estado, o Cmt II Ex, o Reitor da USP e o Ch ASP/SNI, o assunto foi amplamente ventilado e o Governador, por fim, declarou ao Reitor que julgava necessário e urgente fosse dado atendimento às propostas de agilização sugeridas pelo Cmt II Ex e pelo Ch ASP. Apesar de declaração tão peremptória o Reitor nada fez, obstruindo completamente todas

SNI fez investigação sobre agentes de informação do setor universitário em São Paulo, preocupado com a atuação corrupta de dois irmãos que chefiavam a ASI/USP e a Arsi/SP. [Fonte: Fundo SNI/AN, junho de 1977]

CONFIDENCIAL 09/80 SNI/ARJ  
PROTOCOLO  
ACE F. 5004  
22, 8, 77

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA CENTRAL

PEDIDO DE BUSCA Nº 158/16, AC/77

DATA : 18 Ago 77  
ASSUNTO : ATIVIDADES ATUAIS DE EX-ESTUDANTES NA URSS  
ORIGEM : AC/SNI  
DIFUSÃO : ARJ - CIE - CISA - CENIMAR

1. DADOS CONHECIDOS  
a. [redacted]  
- Filha de [redacted] e [redacted]  
[redacted], DLN 21 MAI 39 - BELO HORIZONTE/MG, IDT passaporte nº 405078;  
IFP 2.556.642; reside na Ilha do Governador - RIO DE JANEIRO/RJ.  
- Em 1961, viajou para a URSS matriculada na Universidade Patrice Lumumba, retornando em 1966 formada em Filologia.  
- Em 1970, foi admitida como Auxiliar de Ensino da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2. DADOS SOLICITADOS  
a. Possíveis atividades de ordem política de [redacted]  
b. A linha político-ideológica adotada pela nomeada no exercício do magistério;  
c. Outros dados julgados úteis e oportunos.

3. O PRESENTE PD TEM EM VISTA ATENDER SOLICITAÇÃO DIRETA DO SR PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

CONFIDENCIAL

Por "solicitação direta do sr. presidente da República", o SNI vigiava professora que realizou estudos na URSS. [Fonte: Fundo SNI/AN, agosto de 1977]



CONFIDENCIAL

003964

79

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Data: 28.08.78

Assunto: GERALDO GOMES DA SILVA

Origem: ASI/UFPE

Assinatura:

Destino: ARE/SNI (INFORMAÇÃO Nº 52/78) e DSI/MEC (INFORMAÇÃO Nº 54/78).

Destino: IV EXÉRCITO

Referência: PEDIDO DE BUSCA Nº 201-E/78 DE 14.08.78 DO IV EXÉRCITO.

Assunto: 01 (uma) ficha modelo 14 e uma ficha contendo as alterações colhida no órgão de informações de Pernambuco.

INFORMAÇÃO 56/78

ASI/UFPE

Atendendo a solicitação do P.R. de referência informo:

1. O Professor Geraldo Gomes da Silva, submeteu-se em 1975 a Concurso Público para Provimento do Cargo de Auxiliar de Ensino desta Universidade, tendo sido classificado em 1º lugar.

2. Por ocasião da contratação dos classificados, tendo sido apresentado por esta ASI ao Reitor PAULO MACIEL, as restrições feitas ao citado professor pela DSI/MEC, o Reitor decidiu contratar para as vagas existentes os 2º e 3º colocados com o que não se conformou o Professor Geraldo Gomes da Silva.

3. Face a uma possível decisão da Justiça, com certeza favorável ao Professor Geraldo, por não haver no Regulamento Geral da Universidade, que rege a realização de concurso qualquer apoio a decisão anterior do Reitor, este decidiu contratar o Professor Geraldo pelo prazo de dois (02) anos a que o obrigava o citado Regulamento. Findo, entretanto, o prazo desse contrato o Reitor PAULO MACIEL, decidiu renova-lo, tendo em vista, segundo esclarecimento do próprio Reitor, a eficiência profissional do Professor Geraldo e seu completo afastamento de qualquer atividade de natureza política dentro da UFPE no período do contrato anterior.

CONFIDENCIAL

CÓPIA

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

OFÍCIO Nº 005/D/DSI/MEC

Do : DIRETOR/DSI/MEC

Em , 04 FEV 80.

Ao : MAGNÍFICO REITOR DA UFPR

Assunto

Magnífico Reitor,

Informo a Vossa Magnificência que a ASI dessa Universidade foi desativada a partir de 31 de janeiro de 1980, em atenção a determinações superiores. O ato não implica na extinção do órgão.

Solicito o obséquio de que seja providenciada a transferência do acervo de informações para a ASI da Delegacia do MEC no Paraná.

Os assuntos pertinentes à Segurança Nacional, Mobilização e às Informações, cujo conhecimento sejam do interesse do Sistema Setorial de Informações e Contra-Informação do MEC, serão conduzidos de acordo com o que preceituam os Decretos nº 75524, de 24 MAR 75, e nº 75640, de 22 ABR 75.

Na oportunidade, desejo agradecer a prestimosa colaboração que sempre foi dispensada por V.Magnificência à ASI da UFPR, à DSI e a seus diretores pessoalmente.

Reitero meus protestos de profundo respeito e admiração.

Toda pessoa que tomar conhecimento de  
assunto deste documento é responsável pela  
manutenção do seu sigilo.  
Art. 12 do Regulamento aprovado pelo  
Decreto nº 79.099/77 (R.S.A.S.)

CARLOS ROBERTO REIRA TATIT

CONFIDENCIAL

Reitor da UFPE deu posse a professor aprovado em concurso público, apesar do veto político dos órgãos de informação. [Fonte: Fundo SNI/AN, agosto de 1978]

Ofício da DSI/MEC ao reitor da UFPR, agradecendo a colaboração e informando sobre a desativação da ASI universitária. Solicitava-se ao reitor que transferisse o acervo documental da agência desativada para a ASI/Demec/PR. [Fonte: SNI/AN, fevereiro de 1980]



CIE

CONFIDENCIAL

AC/SNI

17 AGO 1982

BRASÍLIA, DF de de 19

INFORME Nº 613 S/102-A4-CIE

S/Nº 01  
AGENCIA CENTRAL

016332 17A0012

PROTOCOLO

1. ASSUNTO: SINDICATO DOS PROFESSORES DE LONDRINA/PR - 3.2.6.8.
2. ORIGEM: CIE
3. AVALIAÇÃO: A-2
4. DIFUSÃO: AC/SNI - CI/DPF - CIM - CISA - DSI/MEC
5. DIFUSÃO ANTERIOR:
6. REFERÊNCIA
7. ANEXO: CÓPIA DE RECORTE DE JORNAL.



1. A diretoria do Sindicato dos Professores de LONDRINA/PR, com o apoio da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de LONDRINA - ADUEL, está pressionando a Reitoria para extinguir a Assessoria de Segurança e Informações da Universidade - ASI/FUEL.

2. O movimento de pressão conta também com o apoio de jornalistas e repórteres do Jornal "Folha de Londrina" e da Televisão Coroados-canal 3 e da Televisão Tropical-canal 7, todos eles ex-militantes do Movimento Estudantil e ligados ao DCE/LIVRE da FUEL.

Entre os jornalistas destacam-se:

- JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO;
- PEDRO PAULO FELISMINO DA SILVA;
- ROSE ARRUDA; e
- CARLOS ARRUDA.

3. No dia 13 Jul 82, a diretoria do Sindicato dos Professores de LONDRINA/PR, tendo à frente seu presidente, Prof. FRANCISCO DE ASSIS LEMOS DE SOUZA, e PAULO ROBERTO GUTIERREZ, militante da Tendência Popular do PMDB, ambos ligados à Organização Subversiva PC do B, foi recebida em audiência pelo Reitor MARCO ANTONIO FIORI, ao qual expôs uma longa lista de reivindicações da classe para a realização de "ACORDO COLETIVO DE TRABALHO".

4. Entre as reivindicações pretendidas o sindicato dos professores exige a extinção da ASI/FUEL e a queima de todos os seus arquivos, a exemplo do que ocorreu com o DEOPS do RIO GRANDE DO SUL.

5. A campanha contra as Assessorias de Segurança e Informações nas Universidades Federais e Estaduais foi reativada após o último encon-

CONFIDENCIAL

Continua

2

03/22

27:A

EXTRATO DO TG3/00590/B7J.1/100986

ATENDENDO SOLICITAÇÃO VERBAL, ESTA B7J.1 ENTROU EM CONTO COM CHEFE DA ASI/DEMEC/ES E, EM UMA DEPENDÊNCIA DA RESIDÊNCIA DESTA MANUSEOU PASTAS CONTENDO DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES / RELATIVOS AO MOVIMENTO EDUCACIONAL (MED) NO ESPÍRITO SANTO, / QUE LÁ SE ENCONTRAVAM. AS PASTAS FORAM SEPARADAS DO ACERVO DA ASI PELO CHEFE DESTA E POR UM INTEGRANTE DA DSI/MEC, EM FUNÇÃO DA POSSIBILIDADE DE CONTER DADOS DE INTERESSE DESTA B7J.1. O RESTANTE DA DOCUMENTAÇÃO, SEGUNDO INFORMARAM AS PESSOAS ACIMA MENCIONADAS, FORAM INCINERADOS.

FOI NOTADO QUE A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA E ESTA B7J.1 / ERA MUITO ANTIGA, PREDOMINANDO DOCUMENTOS DA DÉCADA DE 70.

MESMO IMPEDIDA DE FUNCIONAR EM DEPENDÊNCIAS DA DEMEC/ES E DA UFES, SEGUNDO O SEU CHEFE, A ASI NÃO SERÁ EXTINTA, - POIS DESENVOLVERÁ AS ATIVIDADES DA ASSESSORIA EM SUA RESIDÊNCIA.

AS DEPENDÊNCIAS OCUPADAS ANTERIORMENTE PELA ASSESSORIA PERTENCEM A UFES E FORAM DEVOLVIDAS POR SOLICITAÇÃO DESTA. BEM COMO OS FUNCIONÁRIOS QUE TRABALHAVAM A DISPOSIÇÃO DA ASI. O CHEFE, TAMBÉM SERVIDOR DA UFES REASSUMIU AS SUAS FUNÇÕES COMO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.

CONFERE COM ORIGINAL.

Agente do SNI fez relato sobre atividades do chefe da extinta ASI/Ufes e situação do acervo documental da agência. [Fonte: Fundo SNI/AN, 1986]

Informe do CIE sobre atuação de professores do Paraná que desejavam o fechamento da ASI/UEL e a queima dos documentos da agência. [Fonte: Fundo SNI/AN, agosto de 1982]



CONFIDENCIAL

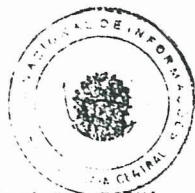
010052 -1 SET 86

2

01/04

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA CENTRAL

INFORME Nº 00458 /140/AC/86



DATA : 29 AGO 86.  
ASSUNTO : INVASÃO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA DELEGACIA DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO NO CEARÁ (ASI/DEMEC/CE).  
ORIGEM : AFZ/SNI.  
AVALIAÇÃO : A-1.  
DIFUSÃO : CI/DPF.

1. A Assessoria de Segurança e Informações da Delegacia do Ministério da Educação no Ceará (ASI/DEMEC/CE) funciona, desde a sua criação, nas dependências da Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), apesar de o local não apresentar as condições ideais para tal.

2. Com a Portaria do Ministério da Educação (MEC), de 05 Ago 86, extinguindo as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) no âmbito das Universidades federais, houve certa repercussão na imprensa e na comunidade universitária cearense, uma vez que a medida foi interpretada como extinguindo, também, a ASI/DEMEC/CE.

Em consequência do ato ministerial e da maneira como o fato foi divulgado e interpretado, o titular da ASI, Gen R/1 RUI ALENCAR NOGUEIRA, passou a temer uma invasão das instalações onde funciona o referido órgão. Tal apreensão foi transmitida aos seus superiores, tendo o Diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação (DSI/MEC) enviado seu Chefe de Gabinete a FORTALEZA/CE, para avaliar a situação e orientar o Chefe da ASI no modo de proceder quanto ao órgão.

Na oportunidade, tanto o titular da ASI/DEMEC/CE, quanto o representante da DSI/MEC estiveram em visita à Agência local deste órgão, ocasião em que foi sugerida

CONFIDENCIAL

5. OS ESPIÕES DOS CAMPI<sup>1</sup>

Iremos aprofundar aqui a análise do aumento da vigilância política sobre as universidades no contexto do AI-5, colocando em foco as agências de informação. A partir de 1970, o governo criou órgãos de informação dentro das universidades, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis ou ASIs), que fariam parte da vida acadêmica nos anos seguintes. Na lógica dos responsáveis pela área de segurança e repressão, o expurgo de professores e estudantes inconvenientes deveria ser seguido de constante vigilância para impedir o “retorno” das ameaças. Daí a ideia de criar assessorias de informação dentro das instituições de ensino superior: elas seriam um “braço” do Sistema Nacional de Informações (Sisni); funcionariam como uma espécie de correia de transmissão, fazendo chegar determinações e pressões políticas provenientes dos escalões superiores; e, ao mesmo tempo, vigiariam a comunidade universitária e os próprios dirigentes, nem sempre fiéis aos desígnios do regime militar.

Nosso foco aqui são as agências de informação das universidades, mas algumas reflexões apresentadas no texto ajudam a compreender a atuação da “comunidade de informações” como um todo, pois os procedimentos eram semelhantes. Além disso, os outros órgãos de informação atuavam também nos campi. Muitos documentos utilizados neste livro vieram de órgãos superiores da área de informações, como o SNI ou o CIE. Assim, será possível perceber quais temas os mobilizavam mais e como eles operavam. O SNI aparecerá com mais frequência, já que tinha o papel de supervisionar o funcionamento de todas as ASIs.

As análises reunidas neste capítulo foram beneficiadas pela disponibilidade de acervos recém-abertos, tanto de agências ligadas às universidades quanto do próprio SNI, e contêm muitas informações inéditas. Na pesquisa, foram colhidos registros documentais preciosos para compreender o impacto efetivo dessas agências. Eles nos possibilitam ir além de organogramas e planos de ação, com informações que permitem avaliar o sucesso ou o insucesso das iniciativas. O retrato obtido oferece conhecimento mais refinado da atuação e do impacto dos órgãos de informação, às vezes confirmando algumas impressões, outras, questionando-as e apontando direções inesperadas.



## A comunidade de informações: SNI, DSI e ASI

A reorganização do serviço de inteligência foi uma das primeiras ações dos militares vitoriosos em 1964. Até então, o Estado contava com o pouco eficaz Sfici (Serviço Federal de Informações e Contrainformações), cujo prestígio ficou abalado pela inoperância durante os anos críticos do governo João Goulart. As circunstâncias da queda de Goulart mostraram que ele não contou com bons informantes, e isso incentivou a montagem de agência de informação mais eficaz.

A criação do Serviço Nacional de Informações, em junho de 1964, decorreu do interesse de dispor de informações estratégicas úteis para as ações de governo, mas também da preocupação de precaver-se contra os inimigos recentemente derrotados, mas não aniquilados, em particular as esquerdas. Importa ressaltar que, na concepção original, o SNI deveria funcionar como agência de inteligência, e não como serviço de repressão ou segurança. A parte mais “contundente” da salvaguarda da “segurança nacional” deveria caber a outras instituições, ou seja, o trabalho de repressão aos inimigos do Estado caberia às polícias estaduais (Dops) e à Polícia Federal, aos quais se uniriam mais tarde os DOI-Codis e os serviços de informação ligados às Forças Armadas, quando as ações militares contra os grupos de esquerda tornaram-se mais virulentas.<sup>2</sup>

Em 1967, em nova iniciativa para reestruturação e ampliação do aparato de informação do governo federal, foram criadas as Divisões de Segurança e Informações nos ministérios civis. As DSIs surgiram com base em estruturas previamente existentes, as seções do Conselho de Segurança Nacional que funcionavam nos ministérios.<sup>3</sup> O CSN era órgão antigo do Estado brasileiro, já estava em operação desde os anos 1930. Com o governo Costa e Silva, resolveu-se aumentar a influência do CSN, fosse porque seu titular era um militar prestigiado, o general Jaime Portela de Melo, chefe do Gabinete Militar,<sup>4</sup> fosse porque o novo grupo não confiava inteiramente no SNI, que era cria do general Golbery do Couto e Silva, adversário dos “costistas”. De qualquer modo, no governo seguinte, presidido pelo general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do SNI, as DSIs foram colocadas sob a tutela do SNI, e o CSN passou a se concentrar em estudos e a propor medidas de interesse da “segurança e da mobilização nacional”.<sup>5</sup>

O papel das DSIs era assessorar os titulares dos ministérios no processo de tomada de decisão e em questões de segurança. Mas elas funcionavam sob um duplo comando: eram subordinadas ao ministro respectivo, nominalmente seu chefe, porém, ao mesmo tempo, eram coordenadas pelo CSN até 1970, e

a partir daí pelo SNI. Os diretores das DSIs em geral eram oficiais superiores reformados das Forças Armadas – coronéis ou generais do Exército, brigadeiros da Aeronáutica.

A DSI do Ministério da Educação e Cultura foi uma das maiores e mais importantes, naturalmente, graças à vigilância sobre as universidades. Em meados dos anos 1970, a DSI/MEC possuía aproximadamente sessenta funcionários e ocupava meio andar no edifício na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Seu corpo funcional contava com analistas de informação e analistas de segurança, e atuava a partir da seguinte estrutura: Direção, Seção de Informações e Contrainformação (Sici/DSI), Seção de Segurança Nacional e Mobilização (SNM/DSI) e Subseção de Apoio Administrativo (SSAA/DSI).<sup>6</sup>

Os serviços de informação da área federal sofreram nova reformulação e ampliação em 1970, quando foi aprovado o Plano Nacional de Informações (PNI) e estabelecido o Sisni.<sup>7</sup> No ano seguinte, foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), para formar as centenas de agentes demandados por esse aparato em crescimento. O Sisni, encabeçado pelo SNI, a principal agência de informações, se subdividia em Sistemas Setoriais de Informações dos ministérios civis – a partir de 1975 incluiu-se a expressão “Contrainformações”. Cada Sistema Setorial de Informações e Contrainformações era encabeçado pela respectiva DSI, mais as outras agências subordinadas, e deveria elaborar o próprio Plano Setorial de Informações (PSI), integrado ao PNI. A partir de 1970, estimulou-se a expansão dos sistemas setoriais, com a criação de subdivisões das DSIs nas instituições subordinadas aos ministérios, ou seja, empresas públicas, autarquias e fundações. Essas agências foram denominadas inicialmente Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis), porém, após nova reformulação do sistema, em 1975, a denominação oficial passou a ser ASI.

As Aesis universitárias foram criadas a partir de janeiro de 1971, depois que o MEC aprovou seu Plano Setorial de Informações.<sup>8</sup> Poucos dias após a aprovação do plano, a DSI/MEC mandou ofício circular às universidades acompanhado da documentação relativa à criação das Aesis e recomendando nomeação de chefe responsável em prazo de dez dias. No caso da UnB, a Assessoria de Segurança – inicialmente batizada de Assessoria de Assuntos Especiais – foi criada em 19 de fevereiro de 1971, por meio de portaria do reitor, sob a chefia de funcionário da instituição. Na UFPB, a fundação oficial da Aesi se deu em março de 1971; na Ufal, em janeiro de 1972; na USP, a Aesi foi oficializada em outubro de 1972.<sup>9</sup> Nas outras universidades, elas foram criadas no mesmo período, entre 1971 e 1972, salvo alguns casos de criação posterior, como o da Escola Técnica Federal de Minas Gerais, em 1975.



No entanto, antes disso já havia agências de informação funcionando nas reitorias “entrosadas” com os órgãos de segurança e mobilizadas pelo temor da rebeldia universitária de 1968. Graças ao agravamento do quadro político, a DSI/MEC vinha solicitando aos reitores, desde meados de 1968, a nomeação de “elemento de ligação” para facilitar a comunicação com as universidades. Essa demanda estava escudada no primeiro regulamento geral das DSI, de junho de 1968 (Decreto n.62.803), no qual declarava-se que os órgãos da administração indireta deveriam indicar funcionário para manter estreita ligação com a DSI do respectivo ministério, caso não tivessem seu próprio órgão de segurança. A medida também era justificada pela preocupação com a gestão dos documentos sigilosos, para evitar o risco de que caíssem em mãos de inimigos. Segundo o diretor da DSI, os órgãos de segurança prenderam um comunista infiltrado no MEC que possuía documentos sigilosos, e a designação de funcionário da reitoria responsável pelo contato com as agências de informação reduziria esse risco.<sup>10</sup> A sugestão de criar “elemento de ligação” entre reitorias e DSI/MEC deve ter evoluído para a ideia de designar assessores de segurança e informações para as universidades.

No caso da UFRGS, cujo reitor vinha se destacando na repressão política, o militar que assumiria a chefia da Aesi (coronel Natalício da Cruz Corrêa) começou a trabalhar na reitoria ainda em 1968, segundo depoimento dele mesmo, na condição de “quebra-galho”. Depois de 1971, ele assumiu formalmente a função de chefe da Aesi, cargo que ocupou até 1979.<sup>11</sup> Na UFPB, cujo reitor “anfíbio” (o militar e professor Guilardo Martins Alves) também já demonstrara seu empenho “purificador”, no início de 1969 já estava em funcionamento um Serviço de Segurança e Informação.<sup>12</sup> Essas experiências precursoras podem ter estimulado e inspirado a criação de agências de informação em todo o sistema universitário, o que só aconteceu efetivamente em 1971. Graças a seu pioneirismo, a Aesi/UFPB foi das mais bem-organizadas e atuantes na primeira metade dos anos 1970, quando seu regimento interno servia de modelo para agências congêneres.

No caso da USP, a criação da Aesi também é reveladora da disposição vigilante da reitoria, pois naquela instituição estadual a medida não era obrigatória. Os decretos reguladores das Comunidades Setoriais de Informações dos ministérios previam agências somente nos órgãos federais – administração direta e indireta, bem como as fundações. A decisão da USP visava a organizar melhor uma prática já em andamento, pois desde pelo menos 1970 ela consultava os órgãos de informação sobre assuntos delicados. Antes da existência da Aesi, quem se encarregava disso era o chefe de gabinete do reitor da USP,

que, em dezembro de 1971, por exemplo, perguntou ao diretor do Deops se era conveniente ou não atender ao pedido de dois professores que desejavam renovar licença no exterior.<sup>13</sup> O caráter espontâneo da formação da Aesi/USP se revela ainda no fato de a Unicamp, também vinculada ao governo de São Paulo, não ter criado assessoria nos mesmos moldes, embora no gabinete do reitor Zeferino Vaz trabalhasse um ex-policial que servia de ligação com os órgãos de repressão. Anos depois, também sem que fossem obrigadas a isso, as reitorias da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá (Paraná) criaram suas Aesis.

Ao longo dos anos 1970 foram se criando Aesis em todas as universidades federais, em algumas estaduais e também em outros órgãos vinculados ao MEC. A Capes igualmente criou sua própria ASI, assim como o CNPq, órgão submetido a maior controle militar (chegou a ter um general como presidente), embora a atuação dessas duas agências ainda seja pouco conhecida, pela escassez de documentos.<sup>14</sup>

Nas listas dos órgãos do Sistema Setorial de Informações e Contrainformações do MEC aparecem ASIs em todas as universidades federais existentes nos anos 1970: Fundação Universidade do Amazonas, federais de Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Rural de Pernambuco, Espírito Santo, Goiás, Brasília, Mato Grosso e Santa Catarina. No Paraná, havia ASI na federal, mas também nas estaduais de Londrina e de Maringá. Nas universidades paulistas, estado com fraca presença de órgãos federais, só havia ASI na USP e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). No Rio Grande do Sul havia ASI na UFRGS e nas federais de Santa Maria e de Pelotas. Em Minas Gerais, além da UFMG, existia ASI na Ufop, UFV, UFJF e UFU, e, também, nas faculdades federais de Diamantina e de Uberaba, além da Escola Técnica Federal de Minas Gerais (ETFMG). No estado do Rio de Janeiro havia doze ASIs subordinadas à DSI/MEC, entre elas as da UFRJ, UFF, UFRRJ e mais outras ligadas a subdivisões do MEC em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, como Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Material Escolar, Instituto Nacional do Cinema, Serviço de Radiodifusão Educativa e Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.<sup>15</sup> No total, havia aproximadamente 35 Aesis universitárias e cerca de quinze ligadas a outros setores do MEC.

No organograma da DSI/MEC figuravam, ainda, as Assessorias Regionais de Segurança e Informações (Arsis). Elas foram criadas a partir de 1971 e, de acordo com seu regimento interno, seu papel principal era coordenar as atividades das Aesis na respectiva região, servindo de ponte entre estas e a DSI/MEC.<sup>16</sup>



Houve cinco Arsis, e sua divisão correspondia, aproximadamente, às regiões brasileiras: Arsi/NE, Arsi/DF/MG/GO, Arsi/GB, Arsi/MT/SP e Arsi/RS. O regimento dessas agências previa estrutura com direção, seção de segurança e informação (subdividida em três turmas: busca, processamento e documentação) e seção administrativa, totalizando dezoito funcionários. No entanto, os documentos disponíveis mostram que as Arsis não funcionaram a contento, pois as agências universitárias, em geral, se reportavam diretamente a Brasília. Por essa razão, em 1975, ano da reestruturação do sistema, elas foram substituídas por Assessorias de Segurança e Informações instaladas nas Delegacias Regionais do MEC (Demec). As ASI/Demec foram subordinadas administrativamente ao MEC e operacionalmente à DSI, e em 1976 havia nove delas em funcionamento.<sup>17</sup>

Segundo a documentação oficial, as Aesis universitárias eram órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los nos assuntos relativos à segurança nacional e informação. No entanto, elas estavam sujeitas a orientação normativa e supervisão da DSI/MEC – por vias indiretas, ao SNI. Por isso, muitas vezes, as assessorias serviram para exercer pressão e controle sobre as reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos próprios serviços de informação. Segundo as normas oficiais, era papel da Aesi: a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas.<sup>18</sup>

A preocupação efetiva era com os itens (b) e (c), ou seja, importava menos o assessoramento aos reitores e mais o fornecimento de informações para alimentar o sistema de segurança e repressão. Ainda assim, o superior imediato dos funcionários das Aesis eram os reitores, responsáveis pelas nomeações – autorizadas pela DSI, após verificação política – e pelo pagamento dos salários. Muitos reitores negociaram com comandantes militares a indicação de nomes para a função, mas outros preferiram escolher pessoas de sua confiança, a fim de não perder o controle sobre órgão tão sensível. Entretanto, houve dirigentes universitários fracos, desprestigiados ou ingênuos a ponto de permitir que assumissem a chefia das agências pessoas capazes de afrontá-los. Esse foi o caso na ETFMG, cujo diretor, em meados dos anos 1970, estava em conflito com o chefe da Aesi, que tentou derrubá-lo. O chefe da Aesi/ETFMG enviou relatórios à DSI que despertaram o interesse do SNI, com críticas virulentas ao diretor da escola. Ele dizia que este último tentava minar seu trabalho e privilegiar esquerdistas, além de praticar irregularidades administrativas e até contratar professor contra-indicado pela DSI. E concluiu um dos documentos

assim: “É mister reerguer o nome da Revolução, que vem sendo vilipendiado pelo comportamento pouco patriótico dos dirigentes da ETFMG.”<sup>19</sup>

Nos primeiros anos, os reitores tiveram maior liberdade na escolha dos chefes das Aesis e, por isso, nomearam professores e funcionários das universidades. No entanto, com o passar do tempo, as exigências aumentaram, tanto para estreitar o controle quanto para buscar maior eficiência. As DSIs e as ASIs foram reformuladas em 1975 (Decreto n.75.640), e, a partir daí, para ocupar a chefia das ASIs era necessário ter feito o curso de informações da ESG, o curso A da Escola Nacional de Informações (EsNI), ou o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme). Algumas reitorias não tiveram problemas em atender a essa norma, mas em certos casos havia dificuldade para encontrar pessoas com o perfil exigido. Os registros revelam que houve tanto civis quanto militares à frente das ASIs universitárias, mas é difícil estabelecer a proporção. UFMG, UnB, Ufes, UFF, UFRJ, Ufam, UFMT e UFMA tiveram civis como chefes das respectivas ASIs. Na USP, o primeiro chefe foi civil, embora, significativamente, alguns professores imaginassem tratar-se de militar, mas o segundo titular era um general reformado. Na UFC, todos os chefes que passaram pela ASI eram militares; na UFRRJ, na UFRGS e na UFRN, também.

Se nas ASIs universitárias não houve predomínio de militares, o quadro na Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação foi diferente. Eis a relação dos diretores da DSI/MEC: general Waldemar Turolla, brigadeiro Armando Troia, coronel Pedro Vercillo, coronel Osny Vasconcellos, coronel Armando R. Menezes. No início dos anos 1980 houve um diretor da DSI que talvez fosse civil, o dr. Carlos Tatit, mas não há como ter certeza, pois algumas vezes os oficiais omitiam a patente nas correspondências oficiais. De qualquer modo, Tatit foi sucedido por um coronel (José Olavo de Castro).

Quanto à estrutura das ASIs, elas deveriam ter um chefe, responsável por coordenar as atividades e representá-las à DSI/MEC e aos outros OIs, e mais duas seções, de informações e administrativa. Segundo as normas estabelecidas em 1975 (Decreto n.75.524), as ASIs seriam de três tipos: a) com até dois servidores; b) com até cinco servidores; c) com até oito servidores. Esse quadro nem sempre funcionou plenamente. Na UnB, a assessoria contou a maior parte do tempo com duas pessoas, o chefe e um auxiliar administrativo, sendo que poderia ter cinco funcionários; na UFMG, a reitoria nomeou apenas uma pessoa para trabalhar no órgão, embora sua ASI também fosse enquadrada no tipo (b). No caso das outras, não se sabe o número certo, mas, dado o perfil de atividades revelado na documentação, algumas devem ter contado com vários funcionários. As ASIs funcionavam em salas na própria reitoria, mas, em certas instituições,



chegaram a ter instalações próprias. Uma dessas sedes, a casa em que funcionava a ASI/UFBA, posteriormente foi ocupada pela associação de docentes.<sup>20</sup>

Segundo os parâmetros do Sistema de Informações, era de esperar que os agentes das Aesis recebessem a devida formação técnica, bem como atuassem de acordo com as normas e os padrões estabelecidos para a “comunidade”. Para tanto, a DSI/MEC distribuía com frequência formulários e instruções de procedimento com recomendações para a observância correta das normas e os cuidados necessários na gestão de documentos sigilosos. Por exemplo, no início de 1974, as Aesis receberam textos contendo normas para correto preenchimento do Levantamento de Dados Biográficos (LDB), o procedimento-padrão para triagem política e ideológica dos servidores públicos.<sup>21</sup> Às vezes recebiam material de maior volume, como manuais de informação e contrainformação. Um dos manuais produzidos pela DSI/MEC de maior repercussão foi *Como eles agem*, um estudo sobre as estratégias dos comunistas nas universidades que revela mais sobre as obsessões militares do que sobre as ações da esquerda.<sup>22</sup> Esse manual vazou, no início de 1974, e veio a público em matérias jornalísticas que ridicularizaram seu tom conspirativo, com repercussão também no meio estudantil.<sup>23</sup> Outros textos contendo normas e instruções foram distribuídos às ASIs universitárias, como: *Manual sobre guerra psicológica*, *Manual de informações e contrainformação*, *Manual de segurança das comunicações* e *Como identificar um possível usuário de drogas*. Em 1977 elas receberam texto mais importante, o *Manual de informações*, material elaborado pelo SNI, que, temendo vazamento para a imprensa, controlou sua circulação numerando cada exemplar distribuído aos OIs.<sup>24</sup>

Os funcionários do sistema eram submetidos aos cursos da EsNI, criada pelo SNI em 1971, em Brasília. Com instalações modernas e infraestrutura privilegiada, a EsNI tinha o papel de formar os quadros necessários ao bom funcionamento da “comunidade”, que crescia a ritmo vertiginoso no início dos anos 1970. Se a infraestrutura era de primeira ordem, talvez o quadro funcional não tenha recebido o mesmo investimento, a julgar por ofício do diretor da escola (general Ênio Pinheiro, em 8 de fevereiro de 1973) ao reitor da UnB, pedindo à universidade a cessão de professores, pois seu quadro docente ainda estava em formação. A Escola Nacional de Informações oferecia três cursos regulares de informações, chamados A, B e C.<sup>25</sup> Os chefes das assessorias foram incentivados a se matricular, a exemplo dos funcionários da ASI/UnB, que fizeram cursos na EsNI e guardaram em seus arquivos algumas apostilas usadas nas aulas.

Treinavam-se os quadros na expectativa que suprissem o Sisni de maneira competente, com informes e informações<sup>26</sup> relacionados à sua área. O mais ele-

mentar era a coleta de informes, por solicitação superior ou iniciativa própria, e o atendimento aos inúmeros Pedidos de Busca (PB) e Pedidos de Informação (PI) recebidos das instâncias superiores. Nos arquivos há milhares de exemplos dessa atividade, em geral para triagem ideológica de estudantes, funcionários, professores e pessoas cogitadas para cargos de confiança. O procedimento-padrão era que a ASI do órgão interessado disseminasse entre os OIs da área um PB sobre a pessoa em questão, com os dados mínimos para facilitar a identificação – nome completo, data e local de nascimento, às vezes os nomes dos pais. Outra atividade regular dessas agências era atender aos requisitos do Plano Setorial de Informações da DSI/MEC, que incluía o preenchimento periódico do Plano Setorial de Busca, que consistia, basicamente, em questionário a ser respondido pelas ASIs com as mesmas perguntas-padrão. Por isso, às vezes os responsáveis simplesmente repetiam informações já enviadas no período anterior. Para se ter uma ideia do perfil do questionário, eis algumas das perguntas: “Qual a receptividade, positiva ou negativa, à Política Educacional do Governo? Verifica-se infiltração comunista nos órgãos de segurança e informação da sua área? Existem institutos culturais de países comunistas ou socialistas que exerçam atividades tendenciosas?”<sup>27</sup>

Algumas ASIs universitárias resumiram sua contribuição à “segurança nacional” ao trabalho de fazer circular esses papéis. Entretanto, certas agências foram ativas também na produção de informações sobre o movimento estudantil, principalmente depois de 1975, quando ele voltou a ter atuação mais intensa. Após 1977, o movimento sindical dos professores universitários, então em seus primórdios, também se tornou objeto de vigilância. Na UnB e na USP encontram-se exemplos de vigilância intensa sobre o movimento estudantil. Nos arquivos da ASI/UnB há vários relatórios sobre manifestações, reuniões e assembleias estudantis em que são identificados os alunos participantes, bem como é reproduzido o teor das falas. Alguns desses relatórios são acompanhados de fotografias tiradas no momento das assembleias, com os líderes devidamente assinalados. Essas informações foram usadas pela universidade para identificar e punir as lideranças estudantis. Um episódio confirma a intensidade da ação dos órgãos de informação na UnB: em junho de 1978 foi descoberto um microfone oculto no forro do prédio do diretório estudantil, caso que repercutiu na imprensa e no Congresso Nacional, levando a reitoria a montar um inquérito que, sem surpresas, nada apurou.<sup>28</sup>

Como agentes de informação, os funcionários das ASIs tendiam a desenvolver atuação discreta, evitando expor-se à comunidade universitária. Exatamente por isso, ao serem designados, seus nomes não eram publicados no



*Diário Oficial*. Ainda assim, alguns deles tiveram atuação mais ostensiva e repressora, tornando-se conhecidos dos estudantes e sendo alvos de denúncia. Foi o caso de Adriel Lopes Cardoso, chefe da ASI/UFRN, exposto em reportagem do jornal *Tribuna do Norte*, de 1979. O diário potiguar entrevistou estudantes e professores, que relataram, entre outras coisas, tentativas de proibir exibição de filmes, interferência na escolha dos dirigentes do DCE e coação ostensiva a líderes estudantis. O jornal acusou o chefe da ASI/UFRN de implantar clima de terror na universidade.<sup>29</sup>

No mesmo ano de 1979, o chefe da ASI/UFMA envolveu-se em polêmicas com os estudantes, no contexto de acirrada eleição para o DCE. Ele engajou-se para derrotar a chapa Unidade, considerada subversiva, e ajudou o grupo concorrente. Uma de suas manobras foi disseminar a informação de que a Unidade tinha apoio da ASI, na tentativa de comprometê-la aos olhos dos estudantes, curiosa e realista admissão da própria impopularidade. Além disso, ele escreveu artigos na imprensa (*O Estado do Maranhão*) denunciando manipulações de caráter “totalitário” praticadas pela esquerda estudantil. Furiosos, os estudantes revidaram com panfletos agressivos, e o caso foi parar nos jornais e na Assembleia Legislativa. Entre outras coisas, o chefe da ASI/UFMA foi chamado de “Goering dos dias atuais”.<sup>30</sup>

Vale destacar que os agentes de informação lotados nas universidades vigiavam com a mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos moralmente “desviantes” – usuários de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais –, o que revela a influência marcante sobre eles da cultura conservadora. As atividades realizadas por essas agências, mais sua aura de segredo e mistério, já que poucos sabiam como elas funcionavam e quais os seus limites, conferiu-lhes poder e disseminou o medo. Entretanto, as assessorias eram órgãos de informação, não de repressão. Elas não tinham poder de polícia, ou seja, não podiam fazer detenções ou coisas do gênero. Talvez alguns agentes tenham extrapolado suas funções, o que, no ambiente discricionário do período, não seria de espantar. Os regulamentos, porém, vedavam sua atuação em atividades policiais.<sup>31</sup> Entre milhares de páginas de documentos das Aesis/ASIs universitárias consultadas, apenas um caso envolvendo a detenção de suspeito foi encontrado, e mesmo assim não se sabe se os autores da prisão foram os agentes de informação ou a polícia.<sup>32</sup>

O propósito das Aesis era atuar como órgãos de informação e contrainformação, e não envolver-se em operações de segurança, que poderiam expor os agentes e a natureza sigilosa de sua atividade. O Estado repressivo dispunha de inúmeras agências capazes de prender e, quando fosse o caso, torturar e matar

os suspeitos e inimigos, não havia necessidade de envolver as Aesis nesse tipo de atividade. Não obstante, em algumas universidades, as reitorias criaram também serviços de segurança nos campi, e os chefes das Aesis locais atuaram em ligação com eles. A Universidade Estadual de Londrina, por exemplo, criou nos anos 1970 uma espécie de polícia interna, comandada por oficial da PM cedido pelo governo estadual. Na Universidade do Amazonas, também em meados dos anos 1970, havia o cargo de chefe da polícia universitária.<sup>33</sup> Já na UnB foi criado o chamado Serviço de Proteção ao Patrimônio (SPP), que, apesar do nome inocente e das funções oficiais de guardar prédios, restaurantes, estacionamento etc., exercia outras atividades, complementares ao trabalho da ASI. O SPP da UnB vigiou estudantes e fez relatórios sobre suas atividades políticas, inclusive colhendo registros fotográficos de assembleias e reuniões.<sup>34</sup>

Outras agências de informação e segurança (federais e estaduais) atuaram nos campi no decorrer do período autoritário, até porque nem sempre confiavam nas assessorias universitárias. A Polícia Federal, os Dops, as seções de inteligência das PMs e os órgãos de informação das Forças Armadas algumas vezes cooperaram e outras concorreram entre si. Por isso, houve casos de “trombadas”, ou seja, desencontro ou estranhamento entre agentes dos diferentes órgãos. Ocorreram situações assim na USP e na UnB, envolvendo agentes da Polícia Federal. O primeiro caso aconteceu no fim de 1973, na USP, quando três rapazes abordaram um funcionário da reitoria pensando ser o chefe da ASI. Temendo tratar-se de subversivos, o agente de informações fez investigação com auxílio do Dops, do Detran e do II Exército, para descobrir, no final, que os três suspeitos eram agentes disfarçados da Polícia Federal. Em 1974, houve um caso semelhante em Brasília: avisado por sua ASI, o vice-reitor da UnB reclamou da Polícia Federal porque uma agente do órgão vinha atuando no campus sem o conhecimento oficial da universidade.<sup>35</sup>

Dada a proliferação de agentes e espias de toda natureza, a presença deles não poderia deixar de ser notada pelos membros da comunidade universitária, que aprenderam a ter cautela na hora das conversas. Nem sempre era possível identificá-los, pois havia agentes discretos e eficientes, mas, ao longo dos anos, muitos espias foram descobertos. Em algumas ocasiões, eles foram não só notados como também expostos publicamente. Os casos são muitos e alguns deles folclóricos, como o da agente policial “Maçã Dourada”, cuja missão era, por meio de sedução, se aproximar de líderes estudantis paulistas em 1968. Na Faculdade de Filosofia da USP, pela mesma época, havia um funcionário administrativo que era agente do Dops e recrutava informantes. Certa feita, um desses espias confessou sua condição a Antonio Candido de Mello e Souza,



mas disse que o fazia por necessidade, e não por convicção, pois ganhava bolsa, e com isso conseguia estudar. O rapaz era aluno do professor e ganhava carona dele, decerto para obter informações. Na UFC, nos anos 1970, consta ter havido funcionário que, também sem convicção política, informava aos “órgãos”. Ele o fazia como troca de favores, para proteger parente perseguido pelos militares. Na UFRJ e na UFMG acreditava-se que existiam até faxineiros espias, enquanto no CBPF um funcionário que trabalhava na copiadora de textos bisbilhotava os papéis dos pesquisadores.<sup>36</sup>

Às vezes os professores eram avisados pelos estudantes quando aparecia alguém novo na turma, com tipo suspeito. Alguns docentes desenvolveram técnicas para identificar alunos policiais ou militares. Segundo Maria de Lourdes Monaco Janotti, eles eram mais velhos e usavam, em geral, sapatos e meias pretos, destoando do resto dos alunos; para Gláucio Ari Dillon Soares, eles chamavam atenção pelo porte físico e corte de cabelo característico. De modo significativo, alguns professores reconheceram estudantes entre policiais civis ou federais, ao serem presos, como Emília Viotti da Costa, ou no momento de tirar passaporte, caso de Gláucio Ari Dillon Soares.

Nem sempre, porém, os militares estudantes eram agentes de informação, pois muitos tinham se matriculado depois de 1968 por estímulo de seus comandantes, para aumentar a presença de alunos com valores de direita nas universidades. Naturalmente, quando viam algo suspeito, esperava-se que informassem os superiores, mas nesses casos não se tratava de indivíduos disfarçados, e talvez por isso fosse mais fácil identificá-los. Casos de agentes profissionais efetivamente disfarçados eram mais difíceis de perceber, e havia muitos infiltrados no movimento estudantil.<sup>37</sup> Ainda assim, às vezes as lideranças estudantis conseguiam identificar e expor agentes infiltrados que, claro, não voltavam às salas de aula. Situação desse tipo ocorreu na USP, em junho de 1976, e foi registrada pela ASI da universidade. Durante reunião estudantil no auditório do curso de geografia, estudantes desconfiaram de um desconhecido que tentou ligar um gravador escondido na bolsa. Houve tumulto e briga, o sujeito se evadiu e nem a própria ASI conseguiu apurar a que agência ele pertencia. Em Fortaleza, no fim dos anos 1970, estudantes da Faculdade de Engenharia Elétrica expuseram um agente infiltrado em suas reuniões, em que se preparava chapa para disputar o diretório acadêmico. Ele despertou suspeita por seus discursos, que pareciam artificiais e decorados, e porque se descobriu que entrara para o curso sem ter feito vestibular.<sup>38</sup>

## Contrapropaganda, anticomunismo e combate à corrupção

A Divisão de Segurança e Informações do MEC conferia grande importância às atividades de contrainformação, tarefa de uma seção especializada, a Seção de Informações e Contrainformação. Significativamente, um dos manuais produzidos pela DSI/MEC tratava de assuntos atinentes a essa área, o *Manual de introdução à contrainformação*, que definia e descrevia as operações de contraespionagem, contrassabotagem, contrassubversão, contraterrorismo e contrapropaganda. A ênfase na contrainformação, nas universidades, naturalmente devia-se à percepção de que elas constituíam terreno fundamental na batalha ideológica.

Há vários exemplos de iniciativas inspiradas nas estratégias de contrainformação, mais precisamente de contrapropaganda. A DSI elaborou um texto-padrão para acompanhar o material de contrainformação, em que alertava as Aesis para os cuidados necessários à eficácia das operações. Os textos deveriam ser afixados em locais visíveis, para atrair a atenção dos estudantes, e em horários de pouco movimento: “Alertamos para que essa divulgação seja realizada dentro do mais alto grau de sigilo em relação à fonte, observando-se que sua identificação redundará na anulação dos efeitos positivos que a operação deverá trazer.”<sup>39</sup>

O material consistia em textos com análises e opiniões concordantes com os pontos de vista do Estado, em geral artigos publicados na grande imprensa, como: artigo do coronel Rubens Resstel sobre infiltração comunista nas escolas e universidades; texto do deputado da Arena Clóvis Stenzel sobre o comportamento rebelde da juventude contemporânea, que favoreceria o movimento comunista; discurso de posse do vice-reitor da UFRJ enaltecendo as políticas governamentais; texto de “terrorista” arrependido publicado pela Aeronáutica; artigo em defesa da aplicação de pena de morte contra “terroristas”; artigo sobre o Vaticano condenando os “sem-Deus”, entre outros de teor semelhante.<sup>40</sup>

Algumas vezes, a DSI/MEC engajou-se em operações de contrainformação mais elaboradas, inventando organizações políticas fictícias para fazer contrapropaganda. Em uma das operações, cópias do panfleto foram enviadas às Aesis advertindo tratar-se de atividade de contrainformação da DSI/MEC, com a recomendação de não interceptar, o que abortaria a ação. O texto teria sido produzido pelo “Centro Acadêmico Castro Alves” (Caca), e criticava a ação dos grupos estudantis radicais, acusados de desordeiros e distanciados dos reais interesses dos estudantes. Não obstante atacassem a esquerda, os redatores da DSI/MEC tiveram o cuidado de não elogiar o regime militar, para não deixar



óbvia a origem do “Caca”. Para tornar a burla mais convincente, chegaram até a fazer crítica velada ao Estado, ao chamar o Decreto 477 de “famigerado”.<sup>41</sup>

Em julho de 1971, a DSI/MEC produziu outra operação desse tipo, atribuída ao Movimento Revolucionário de Participação (MRP). Na carta de encaminhamento aos reitores, dizia o coronel Vercillo: “Esperamos que, distribuídos com a devida discrição nos locais de acesso obrigatório aos estudantes, estes panfletos contribuam para desenvolver e ativar o processo de contrapropaganda subversiva que nossa Divisão, auxiliada por essa Assessoria, vem desenvolvendo.” Com linguagem que tentava dialogar com o universo estudantil, o texto procurava convencer de que a verdadeira revolução não seria contra o capitalismo, doutrina já ultrapassada. Questionava também as denúncias sobre repressão, ao dizer que se tal prática vigorava era pela natureza de qualquer Estado, correspondendo a uma lei da física (toda ação gera reação). E terminava assim: “Pensem bem. É preferível construir uma paz por longo tempo a contentarmo-nos com doutrinas que virão, certamente, dificultar as chances de colocarmos em atividade nosso poder criativo. ABAIXO A LUTA FRATRICIDA – FAÇAMOS UM BRASIL GRANDE.”<sup>42</sup>

O também fictício Movimento de Ação Revolucionária e Integração Nacional (Marina) foi concebido para operação de contrainformações dirigida aos estudantes sensíveis ao apelo dos grupos armados. A organização seria composta por ex-guerrilheiros, agora arrependidos, que procuravam alertar os colegas para o erro da luta armada. Os especialistas em contrainformação da DSI/MEC se esforçaram para soar convincentes. Por exemplo, evitaram o uso de argumentos anticomunistas tradicionais e fizeram algumas críticas à ditadura.<sup>43</sup>

É matéria para dúvida se essas operações conseguiram enganar alguém, ou influenciar, ainda que indiretamente, os valores dos estudantes. Algumas podem ter provocado no público-alvo um efeito não desejado: o riso. Com os dados disponíveis, não há como analisar a receptividade a tais ações de contrainformação nos campi. Em algumas universidades, nem sequer há como saber se os textos foram efetivamente divulgados. De qualquer forma, trata-se de material interessante para conhecer as estratégias de ação da comunidade de informações voltadas para as universidades e os valores que as inspiravam.

Por falar nos valores dos agentes de informação, é importante destacar o papel ocupado pelo anticomunismo, componente-chave nos discursos e motivações dos grupos que apoiaram o golpe de 1964, tanto militares quanto civis. Entre os militares, o imaginário anticomunista teve importância particular, constituindo recurso para unir a corporação ao mobilizar sentimentos

nacionalistas e patrióticos arraigados no ambiente castrense. De acordo com a visão militar, lutar contra o comunismo era defender a pátria contra ameaça estrangeira, tradição iniciada com a repressão ao movimento revolucionário de 1935, a chamada Intentona Comunista.<sup>44</sup> Assim, quando os militares falavam em defender a segurança nacional e em combater a guerra revolucionária, a principal ameaça respondia pelo nome de comunismo, e parte das políticas adotadas pela ditadura foi influenciada por esse mote. Isso se aplica não apenas ao terreno da segurança e dos expurgos, mas também nas áreas cultural e educacional, que os agentes do regime militar imaginavam particularmente suscetíveis às ações comunistas.

Nesse quadro, é natural que a documentação revele a motivação anticomunista em muitas atividades dos órgãos de informação, quase uma obsessão. Eles enxergavam comunistas por toda parte, e qualquer movimento de contestação era atribuído aos desígnios do Movimento Comunista Internacional, expressão que originou uma das indefectíveis siglas da comunidade de informações, o MCI. Mesmo com os expurgos praticados em 1964 e 1969, o ânimo vigilante dos membros da comunidade de informações não arrefeceu.

Essa insistência na “tecla” do anticomunismo pode gerar estranhamento, pois, além de a repressão ter sido forte o suficiente para desbaratar os grupos revolucionários, nos anos 1970 os partidos comunistas estavam em declínio, superados por novos grupos e lideranças de esquerda. Pode-se dizer que, nesse momento, como em épocas anteriores, vigorou estratégia de industrialização do anticomunismo, ou seja, de mobilização oportunista de medo do perigo vermelho. Entretanto, a motivação oportunista não é suficiente como explicação. Para compreender esse quadro, deve-se levar em conta que o anticomunismo forneceu um ethos combatente aos militares, à polícia política e aos membros da comunidade de informações, uma razão de ser que justificava sua existência e missão. Ele fornecia, sobretudo, a imagem do inimigo a vigiar e a reprimir.

Por outro lado, se é verdade que as organizações comunistas tradicionais estavam em declínio, sobretudo o PCB – que nessa época, por força de ironia, começou a ser chamado de “Partidão” –, o mesmo não se pode dizer das ideias socialistas. Um arguto observador contemporâneo do ambiente cultural e acadêmico afirmou, em 1970, que a influência da esquerda era grande e havia aumentado depois de 1964, apesar da vitória da direita.<sup>45</sup> De acordo com os dados analisados no Capítulo 1, a hipótese sugerida por Roberto Schwarz estava correta no que toca aos jovens universitários. Os partidos comunistas tradicionais estavam em crise, mas isso não significava perda de influência dos valores socialistas. Ao contrário, parte importante da juventude intelec-



tualizada sentia-se atraída por eles, principalmente pelos conceitos marxistas, ainda que os apropriassem de maneira difusa. Portanto, se observarmos a situação de acordo com a perspectiva dos militares, sua ansiedade em relação à influência da esquerda nas universidades tinha fundamento, não obstante sua compreensão de que tudo derivava das ações do “MCI” fosse equivocada e por vezes derrisória.

Armado desse ânimo combatente, o aparato de segurança e informações manteve pressão sobre os reitores para expurgar os subversivos, inundou as Aesis de análises sobre supostos planos do movimento comunista e sobretudo com propaganda anticomunista. Dentre esse copioso material, constituído por brochuras, panfletos, livros e cartazes, podem ser citados alguns exemplos, como um texto do prestigiado dirigente universitário Zeferino Vaz, que fora nomeado reitor da UnB e depois da Unicamp. O próprio Vaz enviou o texto aos colegas reitores, em janeiro de 1971, mas a DSI/MEC gostou tanto da colaboração que solicitou ao Crub que convidasse Vaz a expor suas reflexões na reunião seguinte do órgão.<sup>46</sup>

No texto “Contribuição ao conhecimento da guerra revolucionária”, Vaz utiliza linguagem pretensamente científica para análise inusitada. Pode-se dizer tudo do trabalho, menos que falte originalidade à sua abordagem do tradicional trote dos estudantes, a “calourada”. Ele diz, entre outras coisas, que os comunistas usavam técnicas pavlovianas para condicionar os estudantes, e isso explicava “a facilidade e a rapidez com que se mobilizam milhares de estudantes para passeatas de protesto”. De acordo com Vaz, os dirigentes da guerra revolucionária lançavam mão do trote para recrutar novos militantes, além de arrecadar dinheiro para financiar a guerrilha. Eis a conclusão do “estudo”: “Verifica-se, pois, que o trote não é momento na vida universitária; transformou-se em um processo calculadamente desenvolvido, com fins definidos, dentro do esquema global da ação subversiva.”

Em outubro de 1972, a DSI/MEC enviou para as ASIs um texto intitulado “Movimento Comunista Internacional”, documento analítico para uso interno dos agentes de informação, classificado como “secreto”.<sup>47</sup> Baseado na investigação de debates apresentados no Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o texto apontava as estratégias dos revolucionários na América Latina, que haviam tido vitória importante com a ascensão de Salvador Allende à Presidência, no Chile. No caso do Brasil, que seria uma das prioridades do MCI, o texto denunciava a estratégia soviética de atrapalhar o sucesso dos governos originados do movimento de 31 de março de 1964. Curiosamente, apesar de apontar perigos e estimular o medo, a conclusão é otimista, ao dizer que os

comunistas estavam muito divididos no Brasil (linhas russa, chinesa e cubana), e que as ações repressivas e o sucesso econômico do governo vinham minando suas possibilidades de êxito. Note-se o paradoxo: afirmavam a unidade das ações comunistas, daí a insistência na sigla MCI, porém, ao mesmo tempo, percebiam as divisões entre os grupos de esquerda, cada um deles se imaginando capaz de liderar a revolução. Entretanto, na ótica dos OIs, as divergências entre as diferentes facções comunistas eram superficiais. No fundo, todos os grupos comunistas acalentavam o mesmo projeto, inspirado no modelo soviético de 1917, e convergiriam no caso da vitória de algum deles.<sup>48</sup>

No mesmo ano de 1972, os órgãos de informação começaram a divulgar que o MCI estava orientando o Movimento Comunista Brasileiro (outra sigla, o MCB) a reorganizar o movimento estudantil, desestruturado desde 1969. Como os órgãos de informação monitoravam os DCEs e DAs, e proibiam a volta das UEEs e da UNE, a nova estratégia seria burlar a vigilância usando encontros estudantis das diferentes áreas do saber para fazer “subversão” e distribuir publicações proibidas. Os agentes de informação das universidades deveriam estar atentos, sobretudo porque fazia parte da estratégia do MCI usar meios moralmente condenáveis, que “subjugam e condicionam os jovens”. Os comunistas disseminariam o uso de entorpecentes, a licenciosidade moral e o desprezo pelos valores tradicionais e pela história, tudo para destruir as estruturas morais da ordem social e conseguir levar os jovens à subversão. Contra inimigo tão torpe, com ações em escala global, recomendava a DSI/MEC, “somos compelidos a aplicar um tratamento total”.<sup>49</sup>

Graças à percepção do comunismo como ameaça internacional, uma das obsessões era monitorar a influência dos países do bloco socialista nas universidades. Desde 1964, o novo regime vinha reduzindo os laços estabelecidos pelo governo Goulart com os países socialistas, que implicaram formação de órgãos culturais bilaterais, como o Icbus, e acordos para envio de estudantes brasileiros à União Soviética. Entretanto, para desgosto dos militares radicais e de seus aliados, os governos oriundos do movimento de 1964 preferiram não desfazer totalmente os laços diplomáticos e culturais com a URSS. O governo Castello Branco rompeu relações diplomáticas com Cuba, entrou em choque com a China, em decorrência da prisão e do julgamento dos membros de uma missão comercial que estava no Brasil no momento do golpe,<sup>50</sup> e enviou tropas para participar da intervenção americana na República Dominicana. Mas a orientação diplomática em relação aos países socialistas combinou convicção anticomunista e pragmatismo, em arranjo intrincado e por vezes tenso. Atitudes baseadas apenas no anticomunismo marcaram as relações com Cuba e



com a China, mas, no que toca à Europa oriental e à URSS, os compromissos ideológicos foram atenuados por interesses comerciais e diplomáticos.

Em 1965, o Brasil exportou cerca de US\$ 90 milhões para a Europa oriental, com um superávit de aproximadamente 20% desse valor. Os países socialistas estavam longe de constituir os maiores parceiros comerciais do Brasil, mas esse não era um montante a ser desprezado. Por isso, a decisão de Castello Branco de enviar o ministro Roberto Campos a Moscou, em setembro de 1965,<sup>51</sup> era uma demonstração de que seu governo desejava manter laços econômicos normais com o bloco soviético. Entretanto, a influência da União Soviética em certas regiões do mundo, em especial entre os países “não alinhados”, era tão ou mais importante que os mercados da Europa oriental. Manter relações corretas com os soviéticos era estratégico em vista da inserção internacional do Brasil. O rompimento com a URSS poderia produzir dificuldades diplomáticas e comerciais com alguns países do Terceiro Mundo.

Daí criar-se uma situação curiosa e desagradável para os setores mais intransigentes da direita: as atividades culturais dos soviéticos eram monitoradas e desaconselhadas, mas não inteiramente proibidas. Mostras de cultura (cinema, literatura etc.) dos países socialistas continuavam a ocorrer esporadicamente, assim como permaneceram em funcionamento algumas entidades bilaterais de natureza cultural. Embora sempre vigiados pelo Itamaraty e pelos órgãos de informação, estudantes brasileiros continuaram a viajar para países do bloco socialista. Segundo estimativas do Itamaraty, em 1966 havia cerca de duzentos brasileiros estudando em países socialistas, oitenta deles na URSS, e outros seguiriam o mesmo caminho nos anos seguintes.<sup>52</sup> Posteriormente, parte deles começou a voltar ao Brasil, trazendo diplomas soviéticos e dos outros países, e tornando-se uma dor de cabeça para os órgãos de informação.

Os órgãos de segurança percebiam as razões pragmáticas da diplomacia brasileira, embora alguns mais imaginosos enxergassem aí também o dedo da “infiltração comunista”. Ainda assim, pressionaram o governo para ao menos restringir os contatos na área cultural. Passo importante nessa direção foi dado em 1970, por estudo da Secretaria Geral do CSN que, encaminhado ao presidente Médici, se tornou política oficial do governo. Estimulado por notícias da imprensa sobre a ida de estudantes brasileiros para a URSS, o CSN resolveu estudar o assunto, com a ajuda do SNI e do Itamaraty. Além do risco de os estudantes voltarem como perigosos agentes do “comunismo internacional”, preocupava também o fato de algumas universidades estarem assinando convênios por iniciativa própria. Um desses casos foi mencionado no estudo do CSN: a Coppe/UFRJ havia contratado professores da Universidade de Moscou

e pretendia ampliar o convênio. Por isso, o secretário-geral do CSN – general João Batista Figueiredo – propôs medidas para evitar que os governos comunistas utilizassem “acordos e manifestações culturais como instrumentos de exportação e penetração ideológica”: proibir o funcionamento de entidades como o Icbus; impedir, ou pelo menos reduzir, a ida de estudantes para a URSS e países do bloco; proibir convênios de universidades brasileiras com similares do exterior sem prévia autorização do MEC. Em decorrência da última medida, o general Figueiredo recomendou que se proibisse a Coppe/UFRJ de renovar o acordo com a Universidade de Moscou após o término do contrato dos professores russos.<sup>53</sup>

A exposição de motivos tornou-se política oficial ou oficiosa do governo, pois algumas das medidas sugeridas por Figueiredo foram implantadas. No caso da Coppe, o acordo que mantinha quatro professores soviéticos em seus quadros expirou em 1971 e não foi renovado, apesar dos esforços do líder da instituição, professor Alberto Coimbra, para convencer as autoridades da inexistência de riscos políticos e das vantagens acadêmicas do intercâmbio, pois se tratava de pesquisadores de primeira linha. Ele apelou ao secretário-geral do MEC, um coronel do Exército, mas foi informado de que a determinação contrária vinha de instâncias superiores, e nada poderia ser feito.<sup>54</sup>

Outro efeito imediato da iniciativa do CSN: no início de 1971, as universidades foram avisadas, em caráter secreto, por ordem do ministro da Educação, de que estava proibido o funcionamento de “entidades que objetivam o estreitamento de laços culturais com países de regime socialista totalitário”. O texto reproduzia praticamente na íntegra a linguagem da Secretaria Geral do CSN, avisando ainda que estava vetado o “aliciamento” de alunos brasileiros para estudar na URSS. No mesmo documento, outra determinação teria maior efeito prático nas universidades: os acordos com instituições estrangeiras só seriam permitidos mediante consulta prévia ao MEC.<sup>55</sup> O objetivo era dificultar os contatos com a área socialista; porém, para evitar problemas diplomáticos, os termos eram genéricos. Fosse por concordar com a medida, fosse para evitar dissabores, as autoridades universitárias obedeceram. Alguns reitores avisaram os diretores das unidades sobre as novas determinações, advertindo-os de que deveriam dificultar contatos acadêmicos com países socialistas e a URSS, por ordens superiores.<sup>56</sup> Por causa dos melindres diplomáticos, também não houve medidas explícitas de proibição do Icbus, que era entidade privada sem vínculos oficiais com a União Soviética, e tampouco se proibiu o envio de estudantes brasileiros para países socialistas. O número pode ter diminuído pelas pressões dos OIs, mas o fluxo não foi interrompido.



Os órgãos de informação se empenharam em vigiar os estudantes egressos da Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL), destino da maioria dos que se dirigiram à URSS em busca de oportunidades de estudo. Essa universidade, cujo título homenageava o líder congolês assassinado em 1961, foi concebida para atender os jovens do mundo subdesenvolvido. Como a suposição era de que se tratava de pessoas com nível de escolaridade mais baixo, os estudos ali oferecidos não eram de primeira linha, e a instituição não gozava do mesmo prestígio de outras universidades soviéticas, embora falem elementos para saber se era pior ou melhor que as instituições brasileiras na época. De qualquer modo, era ensejo interessante para jovens sem recursos financeiros, pois o curso era gratuito, e eles recebiam para viver na URSS uma ajuda de oitenta rublos mensais, além de auxílio para compra de roupas de inverno. No Brasil, o processo seletivo era organizado pelo Icbus, que aplicava os testes e escolhia os vencedores. A revista *Veja* publicou matéria em dezembro de 1969 sobre a seleção seguinte para a UAPPL, e provavelmente a reportagem motivou o já citado estudo do CSN.<sup>57</sup> De acordo com a revista, 115 candidatos se apresentaram para as cinquenta vagas existentes, e a matéria trazia informações sobre alojamentos, bolsas e outras facilidades (um ano de bolsa extra para aprender o idioma russo), bem como sobre a possibilidade de revalidar o diploma no retorno ao Brasil.

A Universidade Patrice Lumumba também oferecia cursos de pós-graduação, com condições e auxílios semelhantes. Em 1972, a Aesi/UFSM enviou ao SNI um convite remetido pelo Icbus, com informações sobre a seleção para pós-graduação. Os candidatos deveriam ter até 35 anos e, além dos documentos de praxe (diploma etc.), precisavam enviar ensaio que contivesse proposta de pesquisa, ou cópias de trabalhos publicados. As inscrições poderiam ser feitas em uma das três sedes do Icbus (Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).<sup>58</sup>

Buscando obter informações sobre os egressos da UAPPL espalhados pelo Brasil, a Agência Central do SNI, em novembro de 1972, difundiu documento entre vários OIs. O texto advertia que a universidade soviética era controlada pelo KGB, e, durante seus cursos, os alunos seriam submetidos a pregação marxista-leninista.<sup>59</sup> Como alguns ex-alunos já haviam retornado e lecionavam em instituições brasileiras, colocando em risco a “segurança nacional”, a AC/SNI solicitava levantamento dos nomes de todos eles, principalmente daqueles cujos diplomas haviam sido revalidados no Brasil. O SNI ainda não sabia como funcionava o sistema de revalidação de diplomas estrangeiros e pedia aos membros da comunidade informações sobre o assunto. A partir daí, diversas agências de segurança começaram a rastrear pessoas e diplomas. Foram localizadas situa-

ções de norte a sul do país, mas os resultados das gestões dos OIs variaram, pois nem sempre conseguiram impedir que os egressos da UAPPL trabalhassem. Em Goiás, foi identificado casal suspeito trabalhando para a Prefeitura de Anápolis. Wilson tinha sido militante comunista antes de 1964 e, pouco depois, foi para a Universidade Patrice Lumumba fazer graduação e mestrado. Lá se casou com a colombiana Laura e, após sete anos na URSS, voltou com a companheira e um filho para sua terra natal, onde ambos foram contratados pelo poder municipal. Após o casal ter sido “descoberto” pelos OIs, em 1972, ambos foram demitidos.<sup>60</sup> Outro casal com história semelhante foi localizado em Minas Gerais, só que, nesse caso, a esposa era russa e ambos tinham diplomas em física obtidos na URSS. Em 1974, João Lenine conseguiu emprego em uma subsidiária da Usiminas, e sua companheira tentou o mesmo, sem sucesso.<sup>61</sup>

Entre 1972 e 1975, as agências de informação rastrearam diplomas soviéticos revalidados por várias universidades brasileiras, como a USP, a UFRGS e a UFMG, em áreas como química, física, engenharia, geologia e medicina. Além disso, a colônia de estudantes brasileiros na URSS foi vigiada, com ajuda da DSI do Ministério das Relações Exteriores e da embaixada brasileira em Moscou, inclusive com violação de correspondência. Um jovem gaúcho que estudava em Moscou teve uma carta dirigida ao irmão interceptada no início de 1971, e o conteúdo certamente não agradou aos OIs. Ele elogiava a qualidade do ensino (“inigualável em qualquer parte do mundo”) e a sociedade soviética, prometendo fazer esforços para que mais brasileiros fossem estudar lá.<sup>62</sup>

Até 1975, as universidades brasileiras credenciadas tinham autonomia para revalidar diplomas estrangeiros, por delegação do CFE. No entanto, graças à pressão dos órgãos de informação e segurança, preocupados com os diplomas soviéticos, as normas mudaram. O primeiro sinal foi um aviso circular reservado (n.122, de 26 de fevereiro de 1975), enviado pelo MEC às universidades, instruindo que processos de revalidação de diplomas obtidos em países sem acordo cultural com o Brasil deveriam ser enviados primeiro ao ministério.<sup>63</sup> Os processos ficaram suspensos por alguns meses, e a Secretaria-Geral do CSN voltou à carga para reforçar a política iniciada em 1970. O CSN, nessa época (1975) secretariado pelo general Hugo de Abreu, montou um grupo de trabalho para estudar a questão das relações culturais com o bloco socialista, com o objetivo de desestimular a ida de estudantes e bloquear os diplomas. De acordo com texto assinado por Abreu:

Acontece que já ficou evidenciada a inconveniência da regulamentação vigente que permite, sem nenhuma dificuldade, o reconhecimento e o registro, com vista ao



exercício profissional, de diplomas obtidos em países comunistas, particularmente na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou, onde, além do baixo nível de ensino, há uma intensa doutrinação ideológica a que são submetidos os estudantes, e que chega a atingir a preparação de guerrilheiros.

Os diplomados nessa situação regressam ao Brasil e, uma vez reconhecidos os seus títulos, comumente de nível de “pós-graduação” ou “doutorado”, passam a lecionar em universidades brasileiras, onde, apesar de sua fraca formação profissional, atuam como eficientes agentes do comunismo.<sup>64</sup>

A menção a treinamento guerrilheiro deve ser imputada a arroubo retórico do general Abreu. Ele seria improvável, pois a política soviética não favorecia ações armadas, pelo menos no Brasil. De qualquer forma, o aparato de segurança conseguiu o desejado, ao menos parcialmente. A situação era delicada, porque setores do governo não desejavam melindrar os soviéticos ou dar-lhes motivos para reclamações em foros internacionais. Por isso, acertou-se linha de ação que, ainda nas palavras do general Abreu em outro estudo sobre o mesmo assunto, permitia atender “aos interesses imediatos do relacionamento bilateral comercial e financeiro e as cautelas de Segurança Nacional, assegurar flexibilidade e satisfazer às peculiaridades das relações políticas”.<sup>65</sup>

A flexibilidade mencionada se refletiu nas decisões de não fechar os Icbus, mas de criar mecanismos legais para controlá-los, e de determinar que as universidades perdessem autonomia para revalidar diplomas dos países socialistas, mas sem expressá-lo claramente. Embora isso não tenha sido mencionado nos documentos do CSN e dos OIs, é factível supor que a “flexibilidade” visava, também, não provocar problemas com os elementos liberais no CFE e nas universidades, o que seria coerente com procedimentos adotados em situações semelhantes. Por isso, o texto submetido como resolução ao CFE e aprovado em dezembro de 1975 (Resolução n.43/75 do CFE) não mencionava os países socialistas, apenas a preocupação com as centenas de diplomas obtidos por brasileiros no exterior sem verificação da qualidade das instituições frequentadas. O interesse em preservar a qualidade dos profissionais com títulos superiores em atuação no país foi a justificativa para aprovar a resolução, que determinava caber ao MEC a palavra final nos processos de revalidação. Entretanto, as razões de ordem política não ficaram ausentes do texto, talvez para deixar claro – e assim evitar reclamações – que, em alguns casos, motivos de “segurança nacional” determinariam as decisões. Um dos artigos do texto aprovado pelo CFE dizia: “Quando não ocorra indeferimento liminar, a universidade, antes de iniciar a instrução do processo, encaminhará os autos ao Departamento de

Assuntos Universitários (do MEC), que examinará o pedido, tendo em vista as necessidades do País e a segurança nacional, e proferirá a decisão.”<sup>66</sup>

A partir daí, os órgãos de informação puderam bloquear processos de revalidação de diplomas. Foi encontrada documentação sobre um caso, envolvendo agrônomo formado na Universidade Patrice Lumumba, que submeteu seu diploma à UFRPE, em 1977. O DAU/MEC respondeu que o pedido não poderia ter andamento, nos termos do artigo n.8 da Resolução n.43/75 do CFE, o mesmo que mencionava “as necessidades do país e a segurança nacional”.<sup>67</sup> Quanto aos profissionais que já haviam conseguido legalizar seus diplomas no Brasil, sua vida continuou sob vigilância estrita, às vezes com prejuízos marcantes. Por exemplo, em 1977, um uruguaio de nacionalidade brasileira e formado em matemática pela UAPPL tentou ser contratado como professor da UFRGS, mas foi barrado por recomendação negativa da ASI universitária.<sup>68</sup> Na UFBA, o professor de física Paulo Miranda, contratado em 1972, foi demitido em 1977 em decorrência da resolução sobre os diplomas. Ele estudara na UAPPL entre 1964 e 1970, e, embora alegasse ter diploma revalidado na USP, a comprovação não pôde ser apresentada quando os órgãos superiores da UFBA, pressionados pelo aparato de repressão, fizeram essa exigência. De nada adiantou a solidariedade do diretor do instituto e os protestos de estudantes e colegas – seu contrato foi mesmo rescindido.<sup>69</sup>

No entanto, houve casos em que os “alvos” escaparam de perseguições, apesar do passado comprometedor aos olhos dos OIs. A mesma ASI/UFRGS que vetou a contratação do professor de matemática elaborou informação tranquilizadora sobre uma professora de física da universidade, cujo título fora obtido na mesma UAPPL. Inquirida por órgãos interessados pela professora, que tinha registro de militância comunista nos anos 1960, a ASI/UFRGS respondeu que o conceito dela na universidade era bom, onde nunca havia se envolvido em atividades políticas. Mesma situação aconteceu na UFRJ com uma professora da Faculdade de Letras que voltara da UAPPL em 1966 e fora contratada em 1970. Segundo a Agência Central do SNI, o próprio presidente da República estava interessado no caso, embora as razões não tenham sido explicadas. É possível imaginar a reação do agente de informações na outra ponta do sistema, que talvez tenha ficado em dúvida se o interesse do presidente era no sentido de maior severidade ou o contrário. Seja como for, a resposta da ASI/DR-3/MEC foi que ela não exercia atividades políticas conhecidas, e tanto o reitor quanto o diretor da faculdade tinham bom conceito em relação à professora, que afinal foi mantida no cargo.<sup>70</sup>

A motivação anticomunista predominou nas atividades dos OIs, porém essas agências não restringiram seus alvos à esquerda. No seu trabalho de



vigilância, e de maneira coerente com os propósitos do regime militar, também assestaram baterias contra a “corrupção”. Investigações sobre esse tema aparecem nos arquivos em número muito menor que o dos processos políticos, ainda assim são episódios significativos para entender os valores dos homens do aparato de segurança. Ademais, é importante destacar que, na perspectiva dos defensores da ordem, os dois combates se imbricavam, pois o comunismo era visto como corrupto e corruptor, já que desejaria destruir os fundamentos morais da sociedade cristã. Por isso, na percepção dos agentes de segurança, os dois inimigos trilhavam caminhos paralelos, às vezes convergentes. Assim, vigiar práticas de corrupção também era forma de se precaver contra a subversão da ordem. Entenda-se bem, nesse contexto, corrupção não significava apenas a prática de atos administrativos criminosos ou a malversação de recursos públicos. Incluía também outros desvios em relação aos preceitos morais da cultura conservadora dominante, partilhados pelos militares. Significativamente, no início dos anos 1970, alguns Dops estaduais criaram divisões de combate às drogas, ao mesmo tempo que continuavam a reprimir a subversão política.

Na prática, a maioria dos casos de corrupção na mira dos OIs envolvia a administração pública, mas a corrupção moral entendida como desvios sexuais e uso de drogas também chamou sua atenção. Por exemplo, em 1976 o Departamento Central de Informações da Polícia Civil gaúcha elaborou informe negativo sobre um professor de física da UFRGS que solicitou visto para viagem ao exterior: ele seria “viciado em maconha”. Em 1980, a ASI/UFBA enviou ao SNI e à Polícia Federal informação sobre grupo de vinte estudantes moradores da residência universitária, apontados como usuários de drogas alucinógenas.<sup>71</sup> Nos arquivos da Aesi/UFMG há casos semelhantes, como uma situação envolvendo a vida sexual de uma professora que, em sala de aula, contou aos alunos suas experiências íntimas. Os órgãos de informação ficaram sabendo e o caso foi parar na mesa do ministro Jarbas Passarinho. Aparentemente não houve maiores consequências, pois a reitoria colocou “panos quentes” na história dizendo que a professora fora mal-interpretada. Mas o simples fato de o episódio chegar ao ministro da Educação é revelador.<sup>72</sup>

Foram muitas as investigações e demandas dos OIs por suspeitas sobre atos administrativos ilícitos nas universidades. Até problemas relacionados à quebra de sigilo no vestibular foram tratados como afetos à segurança nacional. Na Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Aesi local participou das investigações sobre fraude no vestibular de 1974 e manteve os órgãos de informação (DSI, SNI, Polícia Federal etc.) a par dos acontecimentos e das punições. No Rio de Janeiro, o SNI e congêneres fizeram muita pressão sobre a UFRJ, considerada

por eles particularmente propícia a práticas administrativas irregulares. Em 1973, por exemplo, a agência carioca do SNI montou investigação sobre um médico acusado de apropriação indébita de recursos, e ele acabou afastado do cargo de chefia. Um ano antes, a mesma universidade havia sido submetida a uma investigação mais ampla, tanto por auditores fiscais do MEC quanto pela DSI, que apontaram irregularidades na tesouraria, na contabilidade e no almoxarifado da instituição. Importa perceber como esses casos de acusação de corrupção assumiam feição política e eram vistos como problema de segurança, pois os reitores usaram as Aesis para responder e prestar esclarecimentos.

Ressalte-se que se trata de suspeitas, não se está subscrevendo as acusações, inclusive porque, em certas situações, rivalidades acadêmicas podem ter gerado denúncias oportunistas. Episódio de repercussão na época envolveu a Coppe/UFRJ, investigada por irregularidades no uso de recursos captados inclusive no exterior. Como se tratava de centro de pesquisa de excelência, com parceiros poderosos, a Coppe chamava muita atenção e despertava cobiça. Não se tratava propriamente de corrupção, mas da acusação de uso de recursos sem observância das regras do serviço público, e o resultado foi o afastamento do fundador e líder da instituição.<sup>73</sup>

Além das situações mencionadas, as agências de informação, assim como a Comissão Geral de Investigações, mobilizaram as universidades com diferentes tipos de demanda e investigação, que serão apenas citadas, sem entrar em detalhes: acusações de uso irregular de automóveis oficiais, casos de licitação suspeita, desvios de recursos públicos, acumulação indevida de vencimentos, quebra da dedicação exclusiva por professores em regime de tempo integral, entre outros.

## Censura e controle da vida universitária

O controle da comunidade universitária por meio dos órgãos de informação afetou tanto a vida associativa e política nos campi quanto atividades de natureza universitária, como pesquisas, eventos científicos e cerimônias acadêmicas. Nos arquivos podem ser encontrados exemplos os mais diversos.

As cerimônias de colação de grau figuravam entre as atividades mais vigiadas. Embora possa parecer estranha essa intervenção, na verdade as cerimônias podiam ser transformadas em eventos de natureza política. Não era por outro motivo que tantas turmas de formandos escolhiam como paraninfos intelectuais opositores ou professores punidos pelo regime militar. Em



momento de censura, a intenção dos estudantes era mesmo usar a cerimônia como tribuna de protesto contra a ditadura. Desde 1964, ou seja, mesmo antes da criação das Aesis, os militares estavam de olho nas formaturas e conseguiram vetar paraninfos “inconvenientes” em muitas ocasiões. Em outubro de 1964, por exemplo, o Comando do Exército em Belo Horizonte impediu que os formandos em jornalismo homenageassem Carlos Heitor Cony, que vinha atacando a ditadura no jornal *Correio da Manhã*. A turma de formandos de ciências sociais da FNF, no fim de 1965, teve sua cerimônia de colação de grau proibida pela direção da faculdade, por isso fizeram cerimônia informal em uma quadra de escola de samba.<sup>74</sup> Na UEG, nos anos 1970, vigorou a norma de submeter previamente os discursos de formatura ao Conselho Departamental. O orador dos formandos em direito de 1972, que faria seu discurso em cerimônia no Theatro Municipal, teve a fala censurada e proibida pela universidade, sem que o conteúdo fosse divulgado.<sup>75</sup>

Também foram vigiados seminários e palestras, para evitar a abordagem de temas inconvenientes ou a presença de conferencistas de oposição. Pelo país afora, vários conferencistas foram “desconvidados” para eventos universitários após intervenção do aparato repressivo, nomes como Antonio Houaiss, Edgar da Mata Machado, Marilena Chaui, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Dalmo Dallari, entre outros. Em 1975, a UnB proibiu que estudantes de comunicação convidassem o deputado Ulysses Guimarães para palestra. Em setembro de 1970, o DCE/UFGM planejava evento relativo à data da Independência, mas a reitoria proibiu a iniciativa, com o argumento de que o tom dos debates estudantis não se afinaria com as comemorações oficiais e geraria choques com as autoridades militares. Além dos eventos acadêmicos, incomodava muito aos OIs a realização de atividades culturais e shows nas universidades com artistas politicamente engajados, como Chico Buarque, Gonzaguinha e outros. Segundo a DSI/MEC, esses artistas participavam do esquema comunista, e suas apresentações eram um risco à segurança nacional, principalmente Buarque, que apenas em 1972 teria feito mais de cem apresentações para público universitário.<sup>76</sup>

No início dos anos 1970, como o movimento estudantil vinha se reorganizando nas universidades em busca de alternativas de participação ante a derrota da utopia guerrilheira, o MEC resolveu normatizar a organização de eventos, com o objetivo de censurá-los. Em agosto de 1973, o ministro Jarbas Passarinho assinou aviso reservado (n.873/73) determinando às universidades que comunicassem à DSI/MEC, com noventa dias de antecedência, a organização de quaisquer eventos de natureza científica, acadêmica, cultural ou esportiva. Os objetivos e programas deveriam constar dos pedidos de autorização, para que

os agentes de informação averiguassem a possibilidade de risco. Na exposição de motivos que acompanhava a medida, Passarinho dizia reconhecer a delicadeza do assunto, “desde que não pretendemos impor silêncio aos estudantes”, mas, continuava ele, os grupos subversivos vinham aumentando sua atividade, por isso “vital é, para nós, que os propósitos esquerdistas sejam firmemente neutralizados”.<sup>77</sup> É importante ressaltar a natureza reservada do aviso em questão: as universidades foram notificadas sobre seu teor, mas o documento *não foi publicado*. A delicadeza do assunto mencionada por Passarinho é a explicação para esse cuidado: certamente ele não desejava ser chamado de ditador, atrapalhando a imagem de moderação que vinha tentando construir, e tampouco dar ocasião para novos protestos estudantis.

O aviso reservado teve efeitos imediatos. Vários eventos foram proibidos por reitores e diretores, e quem desejasse realizá-los foi obrigado a submeter-se ao crivo das agências de informação. Na gestão seguinte, do ministro Ney Braga, chegou-se ao refinamento burocrático de publicar portarias de autorização para cada evento! Entretanto, a vigilância não foi capaz de impedir atividades inconvenientes aos olhos dos OIs. Em várias ocasiões eles amargaram derrotas diante da ousadia de alguns estudantes e professores que organizavam eventos sem pedir permissão. Como os agentes de repressão não conseguiam evitar tudo, restava estrilar e tentar punir os responsáveis.

Caso assim aconteceu na FFLCH/USP, envolvendo um dos aposentados pelo AI-5, Florestan Fernandes. A intenção do aparato repressivo era de que os expurgados não voltassem a pisar nas faculdades de origem, e a respeito disso já foi mencionada a crise na Faculdade de Educação Física da UFRJ, em 1972, quando o professor Latorre, também punido pelo AI-5, foi convidado para palestra. No caso de Florestan Fernandes aconteceu o mesmo, e a frustração dos agentes ficou sem remédio, para sua amargura. Uma organização estudantil da FFLCH/USP convidou o sociólogo para oferecer palestra no início do ano letivo de 1974, e o tema era exatamente o papel dos estudantes na sociedade. Impotente e frustrado, o agente da Aesi/USP anotou as desafiadoras palavras do mestre, um verdadeiro acinte aos grupos no poder: “A burguesia está no poder e o problema é desalojá-la para efetuar-se a revolução socialista; e socialistas, como somos, devemos fazer esse desalojamento.” Pouco depois, Florestan atuou em curso de férias na mesma faculdade, ao lado de outro punido, Fernando Henrique Cardoso, para estupefação da Aesi/USP, que registrou críticas duras ao diretor, considerado omissor. Aproveitando o ensejo, o autor do informe mostrava indignação também pelo fato de a editora da USP continuar publicando livros de Florestan, um absurdo, a seu ver.<sup>78</sup>



No ano seguinte, 1975, os estudantes da USP irritariam outra vez os agentes repressivos, desta feita do Serviço de Informações da Polícia Federal. O órgão disseminou informe reclamando da atividade teatral dos estudantes uspianos, que não respeitavam as interdições oficiais. Acabara de ser encenada no Teatro da Escola Politécnica a peça *O berço do herói*, de Dias Gomes, obra proibida pela censura e considerada ofensiva às Forças Armadas; outras apresentações de teor semelhante vinham acontecendo também, sem que a universidade as coibisse.<sup>79</sup> Na UFMG, em 1974, o DCE fez evento à revelia da reitoria com a presença do músico Sergio Ricardo e de Lysaneas Maciel (deputado do MDB). Na mesma universidade, em 1975, o reitor mandou arrancar cartazes divulgando um debate no DCE Cultural sobre os contratos de risco da Petrobras, com a presença de Luiz Alberto Moniz Bandeira e outros convidados (que preferiram não comparecer). Não obstante a pressão da reitoria, o DCE manteve a atividade, porém, como houve uma ameaça anônima de bomba no local, ocorreu atraso e esvaziamento do evento.<sup>80</sup> Em Fortaleza, em novembro de 1976, a II Feira Livre de Arte organizada por estudantes da UFC foi liberada pela reitoria e respectiva ASI, que, com base em informações superficiais sobre a programação, resolveram dar um “crédito de confiança” aos organizadores. Entretanto, oficiais da Seção de Informações da 10ª RM que acompanhavam o evento notaram “a abordagem de temas tendenciosos à moral e ao regime”, e por isso o evento foi fechado antes da hora, após pressões sobre o reitor.<sup>81</sup>

Outra forma de cercear a liberdade nos espaços universitários foi o controle sobre publicações estudantis, mesmo as legais. A apreensão das publicações em geral não era realizada pelas Aesis, mas pela polícia, que naturalmente não se contentava em apreender apenas as publicações. Ela era acionada, muitas vezes, por autoridades governamentais, mas em alguns casos a própria administração universitária a convocava. Refiro-me aqui a jornais e revistas de maior tiragem, cujo recolhimento exigia maiores esforços e aparato de pessoal. Mas houve também casos mais simples, como os cartazes afixados nas paredes das faculdades, que diretores zelosos ou temerosos em relação à vigilância superior tratavam de retirar.

Para compreender a censura nas universidades é preciso considerar que muitas dessas ações não tinham amparo legal, salvo os raros casos em que as publicações afrontavam a Lei de Segurança Nacional ou a Lei de Imprensa. Isso gerava situação delicada, porque o regime militar brasileiro não se assumia como ditadura e declarava pautar-se na lei. Como resultado, havia na prática censura nas universidades, enquanto fingia-se vigorar liberdade de pesquisa e autonomia. O Ministério da Educação emitia portarias e atos que implicavam

cerceamento e controle do debate acadêmico, mas o fazia de modo secreto ou reservado, para que os rastros da ação censora ficassem encobertos. Aspecto paradoxal dessa preocupação com a legalidade é que ela propiciou estratégias de resistência à comunidade universitária e mesmo a seus dirigentes. Algumas vezes, diretores ou reitores não atenderam às pressões alegando que as ações repressivas propostas não tinham amparo legal ou iriam provocar ações judiciais.

A DSI/MEC não tinha poder formal para censurar publicações ou eventos, mas usou de pressões indiretas para alcançar esse intento. Aqui ocorreu algo parecido com a censura sobre a imprensa, que tinha escasso fundamento legal, porém foi realizada assim mesmo, por mecanismos informais, enquanto o Estado negava sua existência.<sup>82</sup> Um exemplo: em abril de 1971, a DSI/MEC enviou informe a todas as Aesis contendo análise sobre as publicações de algumas editoras brasileiras. O texto acusava as editoras Herder, Vozes, Civilização Brasileira, Paz e Terra e Zahar de publicar obras marxistas e filocomunistas, e era acompanhado de extensa lista de livros considerados inconvenientes.<sup>83</sup> Os oficiais da DSI evitavam solicitar explicitamente a censura das obras, exigência além de suas prerrogativas, mas o tom do texto sugeria que algo deveria ser feito para impedir a circulação de obras tão perigosas para a juventude.

Em 1976, a DSI/MEC voltou à carga, dessa vez enviando lista de 205 livros oficialmente proibidos pelo Ministério da Justiça “com base na legislação em vigor”, a maioria de teor erótico, como *Elas fazem aquilo* ou *Cidinha, a incansável*. Porém, número significativo era de obras de autores de esquerda, como Lênin, Márcio Moreira Alves, Nelson Werneck Sodré (*História militar do Brasil*), Mao Tsé-Tung, Che Guevara, Frantz Fanon, Régis Debray, Artur José Poerner, Alvaro Cunhal, Bukharin, Trótski, entre outros. Interessante observar que os livros da esquerda internacional proibidos tinham teor revolucionário, eram quase chamamentos à ação, enquanto não há textos de Marx na lista, provavelmente para não caracterizar ataque à liberdade de pensamento. E para não dizer que visavam apenas à esquerda, o livro de Hitler também estava na lista (*Mein Kampf*).<sup>84</sup>

A vigilância sobre os meios acadêmicos mirava também uma das atividades-fim das universidades, a pesquisa. Em várias ocasiões, o pessoal das ASIs foi mobilizado para obter dados sobre pesquisas em andamento, sempre em busca de ideias inconvenientes e ameaças aos valores do regime. Como seria de esperar, tais agências mostravam-se mais interessadas em temas relacionados à segurança nacional, tanto na vertente de defesa externa quanto interna. No primeiro caso, a ênfase recaía sobre a temática nuclear e energética: pesquisas, equipamentos, reservas minerais. Os cientistas brasileiros ligados à área eram



vigiados, inclusive porque alguns dos mais proeminentes eram considerados esquerdistas e haviam sido punidos pelo regime militar.<sup>85</sup> Em outros casos, a intenção era aproveitar o conhecimento produzido nas universidades em proveito dos interesses estratégicos do Estado.<sup>86</sup>

A “comunidade”, porém, dedicou mais esforços ao monitoramento de pesquisas e pesquisadores que, a seus olhos, representavam ameaça à segurança interna do país. A área de ciências humanas e sociais, naturalmente, chamava mais atenção, embora pesquisadores das ciências naturais também tenham sofrido restrições em suas carreiras.<sup>87</sup> Em mais um paradoxo da ditadura brasileira, à medida que a faceta modernizadora do regime se afirmava, tanto maiores se tornavam as preocupações dos agentes de segurança. A partir do governo de Emílio Garrastazu Médici, sobretudo no decorrer da gestão de Ernesto Geisel, a dimensão modernizadora do Estado autoritário impactaria as universidades e instituições de pesquisa, com o aumento de verbas e cursos de pós-graduação que contemplaram pessoas com passado esquerdista. Nesse contexto, a equipe da Aesi/USP manifestou desagrado com a atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), acusada de financiar pesquisadores e projetos com perfil de esquerda. Documento produzido pela Aesi/USP afirmava que o governo paulista deixara a esquerda infiltrar-se na Fapesp, e, com isso, verbas estariam destinadas a inimigos do regime. Entre as “provas” apresentadas para sustentar a acusação encontravam-se denúncias sobre a contratação de pesquisadores uruguaios comunistas e o financiamento da viagem e estada no Brasil do professor Alain Touraine, que ministrou curso na USP em meados de 1975.<sup>88</sup>

Mas as agências de informação também interferiram em temas que ameaçavam menos a ordem política e mais a imagem do Brasil construída por suas elites, embora fazendo uso do indefectível argumento de ameaça à segurança nacional. Na segunda metade da década de 1970, a Aesi/USP se interessou por pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo sobre a temática racial, e em pelo menos duas ocasiões tentou criar obstáculos. No primeiro caso, a Aesi/USP interferiu para cortar verbas de pesquisador da FFLCH/USP cujo trabalho questionava o mito da democracia racial no Brasil. Os agentes contavam com um aliado no corpo docente da FFLCH/USP, que deu informações sobre os projetos de seu rival e sugeriu estratégias de ação para bloquear o trabalho.<sup>89</sup>

O outro caso envolveu um indiano estudante do mestrado em sociologia da USP. Seu projeto de pesquisa, “O negro brasileiro”, chamou atenção das autoridades em decorrência de matéria jornalística de repercussão nacional. O CSN solicitou ao governador de São Paulo a suspensão da pesquisa, “por tratar

de assunto polêmico, suscetível de criar tensões sociais indesejáveis e realmente inexistentes até então”.<sup>90</sup> Poucos dias depois, a ASI/USP informou aos órgãos competentes que orientador e aluno haviam mudado o título da pesquisa para “Simbiose cultural”, e que se tomaram providências a fim de que a bolsa do estudante não fosse prorrogada.<sup>91</sup> Esses casos são interessantes por mostrar a maneira elástica como o conceito de segurança nacional era manipulado pelas elites governantes. O regime militar havia incorporado o conceito de “democracia racial” como dogma e preocupava-se em evitar que pesquisadores acadêmicos questionassem sua validade. O temor era de que a denúncia da existência de racismo no Brasil servisse de estímulo à eclosão de conflitos sociais de natureza racial, colocando em xeque a ordem e a segurança internas.

Antropólogos brasileiros que pesquisavam comunidades indígenas e negras também eram muito visados, sobretudo se fossem suspeitos de simpatia por ideias de esquerda. De acordo com legislação em vigor na época, expedições científicas deveriam ser autorizadas pelo CNPq (Decreto n.65.057). No final de 1972, um grupo de antropólogos da UnB que pretendia pesquisar os Yanomami, em Roraima, fez a solicitação ao CNPq, que, antes de dar a liberação, consultou o CSN para saber da conveniência política. Caso semelhante aconteceu dois anos depois, em 1974, quando a Arsi/DF identificou a presença de pesquisadores da UnB no município goiano de Arraias. Como a líder do grupo tinha respondido a IPM por suspeita de ligação com a Ação Popular Marxista-Leninista (APML, que surgiu a partir da AP), os órgãos de informação queriam saber se a pesquisa era autorizada pela universidade ou se havia militância política encoberta.<sup>92</sup>

Aspecto curioso da atuação dos OIs nos anos 1970 foi a preocupação com pesquisas em parceria com, ou financiadas por, entidades externas. Em várias ocasiões eles tentaram interferir, por temer a ingerência estrangeira ou por medo de que informações constrangedoras ou inconvenientes fossem publicadas no exterior. Em 1969, o Conselho de Segurança Nacional preocupou-se com pesquisa do Iuperj, realizada entre funcionários públicos de alto escalão e elites privadas. De início, a DSI do Ministério do Planejamento vetou a entrada dos pesquisadores, alegando, entre outras coisas, a participação de punidos pelo AI-5 (Bolívar Lamounier). Na troca de documentos entre o CSN e os OIs, fica claro que a maior preocupação era saber se os resultados seriam enviados aos Estados Unidos pela Fundação Ford, financiadora da pesquisa. Em Brasília, um artigo do sociólogo Gláucio Ari Dillon Soares foi lido na Câmara dos Deputados, o que gerou notas na imprensa e rebuliço entre agentes de segurança. Oficiais da inteligência da Marinha procuraram o autor do artigo para breve



inquirição e demonstraram grande interesse em saber se a pesquisa tinha apoio americano.<sup>93</sup>

O professor Gláucio Soares fez comentário interessante em entrevista para este livro. Perguntado sobre os limites à liberdade de pesquisa após o AI-5, respondeu que havia uma zona cinza, ninguém sabia direito o que era proibido ou permitido, e isso gerou uma tendência à autocensura. Pesquisar certos temas era arriscado, gerando uma interdição implícita, baseada no medo de que houvesse problemas. Outra entrevistada mencionou exemplo ilustrativo para esta análise: certa feita, um aluno da USP se propôs a fazer tese sobre a esquerda católica, mas foi demovido por seu orientador pelo medo de que os nomes expostos se tornassem alvo da polícia.<sup>94</sup> Evidentemente, certos assuntos implicavam maior risco, como pesquisar questões sociais, políticas ou econômicas contemporâneas, mas os limites não eram bem-definidos, inclusive porque o regime não desejava comprometer sua imagem com a adoção de medidas explícitas de restrição, caracterizando atentado claro ao conceito de liberdade de pensamento. Por outro lado, alguns entrevistados também da área de ciências sociais relataram não ter lembranças de episódios de interferência nas pesquisas. Há que se considerar, nesse ponto, a existência de diferenças regionais, com alguns professores mais visados e certas instituições mais suscetíveis à ação dos órgãos repressivos, fosse pela atitude de seus dirigentes, fosse pela maior pressão dos militares.

As agências de informação não tinham poder para impedir diretamente a realização das pesquisas; no máximo poderiam pressionar para o corte de verbas e criar obstáculos à obtenção de bolsas. A proliferação de estudos e pesquisas assentados em pressupostos teóricos marxistas é reveladora dos limites à ação do aparato repressivo. Muitas dissertações e teses defendidas nos anos 1970 tinham como referência central conceitos marxistas, sobretudo nos cursos de pós-graduação da USP, para desagrado dos OIs. Na década de 1970 (e sobre isso se voltará a falar adiante), houve aumento na influência e disseminação da cultura marxista, apesar dos esforços do aparato repressivo.

### A triagem ideológica

A preocupação de evitar que inimigos do regime participassem de eventos ou estudassem no exterior gerou outra determinação secreta no âmbito do MEC. No início de 1973, os reitores foram informados da existência de novo procedimento para autorizar pedidos de afastamento do país, embora a prática tal-

vez tenha começado antes disso. Os pedidos deveriam ser encaminhados com sessenta dias de antecedência à DSI/MEC, com os formulários devidamente preenchidos, em especial a ficha de qualificação, que, além dos dados pessoais, solicitava o registro das “ligações políticas” dos interessados. Essas fichas eram encaminhadas às respectivas ASIs, que as enviavam à DSI/MEC. Alguns órgãos usavam também a ficha de Levantamento de Dados Biográficos (LDB), que tinha perguntas do tipo: posição ideológica (democrata, comunista, esquerdista), atitudes em relação à “Revolução de 31 de março” (integrado, adesista, contrário, contrarrevolucionário) e avaliação sobre probidade administrativa.<sup>95</sup>

Como resultado de toda essa produção burocrática, a DSI/MEC organizou arquivo com milhares de registros sobre membros do mundo acadêmico. Para se ter ideia do volume desse material, certa ocasião, apenas uma das ASIs universitárias (UFRGS) remeteu aos arquivos dos órgãos centrais dados sobre 330 candidatos a emprego na universidade.<sup>96</sup> Caso os registros não fossem suficientes, a DSI solicitava informações a outras agências, na forma de Pedido de Busca (PB). Se no levantamento aparecessem dados negativos, começavam os problemas para os interessados. Os registros negativos podiam vir do Dops, do SNI, de algum órgão das Forças Armadas ou da própria DSI/MEC, e o reitor da instituição (por meio de sua ASI) recebia resposta com indicação contrária ao pedido.

Segundo o ministro Jarbas Passarinho, no texto remetido aos reitores notificando o escrutínio político para afastamento do país, por “tratar-se de matéria de caráter reservado, não se procedeu à publicação do texto dessas emendas, cuja vigência se inicia na data do recebimento deste aviso”.<sup>97</sup> Mais uma vez, procedimentos que expunham o caráter autoritário do regime foram tratados de maneira sigilosa. A partir daí, as agências de repressão contaram com mais um mecanismo para controlar seus inimigos. Se não conseguiam obter a demissão de todos que consideravam indesejáveis, poderiam ao menos atrapalhar-lhes a carreira, dificultando sua influência nos meios acadêmicos. Os arquivos estão cheios de pedidos de afastamento escrutinados pelos OIs, já que no período aumentaram as oportunidades e os incentivos para cursar pós-graduação fora do país. Na maioria dos casos os pedidos acabavam sendo liberados, mas houve algumas situações de veto. Em Minas Gerais, no ano de 1973, Maria Augusta Cesarino Nóbrega, professora de biblioteconomia que iria cursar mestrado nos Estados Unidos, foi informada pelo DAU/MEC que seu nome não fora “liberado para afastamento do país”. Na UFBA, o professor do Departamento de Física José Maria Bassalo não conseguiu sair para estágio de pós-doutorado na França por veto dos órgãos de informação.<sup>98</sup> Em 1973, na



UnB, o professor Klaas Woortmann não obteve autorização para viajar para a Universidade da Flórida, que tinha convênio de cooperação com sua universidade, e o projeto ficou comprometido pela crise entre as duas instituições, decorrente do veto político. Esses são apenas alguns exemplos, entre muitos outros, que poderiam ser citados.

Os vetos políticos para pedidos de viagem ou bolsas foram se avolumando e gerando insatisfação na comunidade acadêmica, que cunhou o termo “cassações brancas” para designá-los. A analogia com as cassações políticas acrescida do adjetivo “branca” tinha cabimento, por se tratar de vetos sigilosos, cujas justificativa e origem não eram explicadas aos prejudicados. Os procedimentos de autorização mencionados referiam-se ao MEC, que tinha poder de vetar licenças para afastamento do país de servidores do seu quadro, mesmo que estes obtivessem recursos de fontes estrangeiras. No entanto, havia também o veto às bolsas das agências federais, como Capes e CNPq, que implicavam outra barreira para quem desejava estudar no exterior. As respectivas ASIs provavelmente cuidavam do trabalho de triagem ideológica, embora não tenham surgido ainda documentos que o comprovem. De qualquer modo, existem muitos testemunhos sobre bolsas e auxílios da Capes e do CNPq vetados por razões políticas.<sup>99</sup> Essa prática das duas agências federais gerava problemas com os consultores acadêmicos, que aprovavam o mérito dos pedidos e depois ficavam sabendo que os auxílios haviam sido bloqueados por ordens superiores. Isso ofereceu elementos para denunciar publicamente as “cassações brancas”, sobretudo durante encontros da SBPC, no fim dos anos 1970. Havia ainda outro meio de impedir que professores viajassem ao exterior: negava-se a eles o direito ao passaporte ou ao visto de saída do país. Mesmo sem demandar verbas ou licença aos órgãos públicos, alguns professores se viram impedidos de se deslocar para o estrangeiro pela indisponibilidade de documento legal para deixar o país.

Além de encaminhar a triagem ideológica dos candidatos a bolsas no exterior, as ASIs se ocupavam de outra tarefa semelhante, porém mais danosa para os atingidos. Elas interferiram na contratação de pessoal, principalmente para o corpo docente,<sup>100</sup> intermediando o processo de filtragem ideológica dos candidatos. Antes das assessorias, algumas universidades adotaram procedimentos para evitar a contratação de esquerdistas. Uma dessas práticas se tornaria comum também em instituições privadas: a exigência de atestados de “bons antecedentes” expedidos por órgãos policiais. No sistema universitário federal, parece que o costume foi inaugurado pela reitoria da UFRGS, em junho de 1968.<sup>101</sup> Nos anos seguintes, o procedimento tornou-se corriqueiro, a

ponto de ser abordado pela imprensa, como uma matéria da *Veja*, de 1973, que apontou a exigência do atestado por órgãos do governo, prática sem amparo na legislação. Exatamente por não estar previsto em lei, o procedimento não tinha nome bem-definido, às vezes se falava em atestado de bons antecedentes, outras, de atestado de ideologia. Para exemplificar, o jornalista citou o caso de uma professora (Ana Marília Ladeira Aragão) aprovada em concurso na área de sociologia para a UFF, que não foi contratada porque o Dops atestou antecedentes de militância política.<sup>102</sup> Não obstante as críticas, a prática continuou em uso, e algumas universidades chegaram a incluir em seu regimento interno a exigência dos atestados, embora evitassem chamá-los de “ideológicos”, preferindo “bons antecedentes” ou “idoneidade moral”.

Os OIs, porém, entenderam que os atestados não bastavam, talvez porque algumas pessoas conseguiam obtê-los mesmo possuindo passado político comprometedor. Em setembro de 1971, cerca de seis meses após a criação das Aesis universitárias, a DSI/MEC resolveu interferir de maneira mais contundente nos processos de contratação. Ela mandou ofício aos reitores informando que professores esquerdistas estavam retornando aos quadros das universidades, e isso não poderia ser tolerado. De fato, a esquerda batia à porta, mas não era propriamente um “retorno”, e sim a entrada no mercado de trabalho de jovens que haviam participado dos eventos dos anos 1960 e militado (ou simpatizado) em organizações políticas radicais. Visando a impedir o processo, os órgãos de segurança deveriam ser consultados previamente sobre cada contratação.<sup>103</sup> O ritual das contratações seguia a mesma prática descrita antes para os pedidos de afastamento: fazia-se um LDB enviado à DSI/MEC, que se encarregava de consultar os órgãos da comunidade de informações. Do mesmo modo, nos processos de contratação a maioria dos pedidos terminava sem registros negativos, ou com manifestações de agrado quando o interessado era amigo do regime, e a conclusão: “Sua ideologia é democrática.”<sup>104</sup>

Quando surgiam informações comprometedoras para o candidato ao contrato (ou para renovação de contrato), os reitores tinham algum grau de intervenção no processo, enquanto na situação anterior (afastamentos do país) o veto de Brasília em geral era definitivo. Naquela época, as folhas de pagamento eram controladas pelas reitorias, e estas tinham mais autonomia para contratar, desde que o orçamento pudesse cobrir as despesas. A legislação que regulava a carreira docente federal estabelecia que, no primeiro nível, de professor auxiliar, o recrutamento era simples, sem concurso e com contrato temporário, renovável a cada dois anos. A estabilidade no emprego viria com a entrada na classe de professor assistente, que demandava o título de mestre e aprovação em



concurso público de provas e títulos (os níveis seguintes eram professor adjunto e titular). A propósito, os contratos temporários facilitavam a demissão dos “indesejáveis”, sem implicar maiores embaraços trabalhistas. Alguns reitores aproveitaram essa situação de instabilidade para manter sob pressão constante os seus docentes. Esse foi o caso principalmente na UnB, que tinha o formato jurídico de fundação. As fundações foram projetadas para ter mais autonomia e agilidade em relação às regras do serviço público, inclusive para contratar com mais liberdade profissionais qualificados. De forma paradoxal, o regime de fundação permitia maior agilidade também para demitir por razões políticas, enquanto, em certas ocasiões, as regras rígidas do serviço público ajudaram a proteger dissidentes políticos. Contudo, mesmo professores concursados ou com estabilidade vieram a ter problemas com o aparato de repressão, como se verá. Embora conservassem a palavra final na decisão de contratar ou não, a maioria dos reitores teria pouca disposição para entrar em choque frontal com os órgãos de informação. Não obstante, os arquivos mostram que, em alguns casos, eles não aceitaram as recomendações de veto e contrataram ou mantiveram professores contra a vontade dos “órgãos”.

Serão analisados primeiro alguns casos de contratações vetadas, para compreender melhor como funcionava o processo. Um professor aprovado em concurso público em 1972, para a área de economia da UFSC, foi barrado na hora do ingresso, por suspeita de envolvimento com o PCB, e só conseguiu entrar para os quadros da universidade nos anos 1980.<sup>105</sup> Na Faculdade de Franca, atualmente pertencente à Unesp, em 1972, o Exército conseguiu bloquear a contratação de uma professora egressa do movimento estudantil e suspeita de ligação com grupo guerrilheiro, embora também tivesse sido aprovada em concurso.<sup>106</sup> De acordo com registros orais, nos anos 1970, a UFF deixou de contratar o historiador Gerson Moura por motivo de veto político.

Na UFMG, o professor João Batista dos Mares Guia teve sua contratação impedida, apesar de já estar dando aulas. A contratação de Mares Guia foi solicitada pelo Departamento de Sociologia no início de 1976, e ele imediatamente começou a lecionar. No segundo semestre, quando a reitoria enviou o pedido de LDB, a resposta foi uma negativa peremptória, pelas atividades passadas do professor no movimento estudantil e sua militância ainda ativa, inclusive em sala de aula. Havia informes acusando-o de fazer oposição declarada ao governo e tentar mobilizar seus alunos para atividades políticas. Em dezembro de 1976, professores do ciclo básico da faculdade mandaram carta de protesto ao reitor pela não efetivação de Mares Guia. De acordo com a carta, a contratação tinha sido protelada, inicialmente, com argumentos administrativos, mas depois sur-

gira a informação de que havia “pressões de órgãos exteriores à universidade”. Os signatários concluíam o documento questionando a atitude da reitoria, que aceitava agressão à sua autonomia. Em fevereiro de 1977, a DSI emitiu documento que, pelo tom enfático, deve ter posto a pá de cal no assunto: “Existem registros altamente desabonadores que contraindicam o aproveitamento de João Batista dos Mares Guia.” A universidade aceitou o veto.<sup>107</sup>

Na USP, houve vários casos de contratações barradas que seriam denunciadas em 1977-78 pela associação dos docentes (*O livro negro da USP*) e por uma CPI da Assembleia Legislativa de São Paulo. O livro organizado pela Adusp mencionava cinco nomes de professores vetados (Odette Carvalho de Lima Seabra, Maria Niedja Leite de Oliveira, Luiz Silveira Menna-Barreto, Antonio de Azevedo Barros Filho, Marilisa Berti de Azevedo Barros), mas outros preferiram não ser citados para evitar maiores problemas. Optou-se por detalhar alguns casos que podem servir de amostra do quadro geral, nomes que não apareceram na denúncia da Adusp.

A professora Maria Hermínia Tavares de Almeida foi convidada a trabalhar no Departamento de Ciência Política da USP no início de 1973, e tudo parecia certo, pois já tinha até nome afixado à porta do gabinete. Entretanto, ficou sabendo da existência de um “terceiro estágio” no processo, e que seu nome tinha sido barrado por razões políticas, sem maiores detalhes. A razão do veto, segundo os registros da Aesi/USP, é que ela participara de grupo revolucionário nos anos 1960 e, embora tivesse se afastado da militância, não fora “perdoada”. Paradoxalmente, foi contratada pela Unicamp no ano seguinte, sem qualquer restrição.<sup>108</sup>

No caso do professor Fuad Daher Saad, sua contratação foi solicitada pelo Instituto de Física da USP pela primeira vez em 1971, e seria reiterada outras vezes nos anos seguintes, sempre com resposta negativa da administração central. O óbice político era sua militância estudantil, pois, além de ter sido membro da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), presidira o grêmio estudantil da Faculdade de Filosofia no momento do golpe de 1964, o que lhe rendeu prisões e arrolamento em inquéritos. O SNI emitiu parecer “contrário ao aproveitamento” de Saad, enviado à Aesi/USP em dezembro de 1973 e acatado pela universidade.<sup>109</sup>

Em 1974, a Agência São Paulo do SNI bloqueou outro contrato, desta feita para a Escola de Comunicação e Artes da USP, que desejava ter como docente um ator e diretor teatral com vasto currículo de participação em peças engajadas – *Arena conta Zumbi*, *O rei da vela*, *Liberdade, liberdade*, *Opinião*, entre outras. O parecer da ASP/SNI foi taxativo: “A presença do epígrafe no



magistério superior é prejudicial, ... e seus atos anteriores podem influir na orientação dos alunos que o procuram.” O candidato a professor era Fernando Peixoto, que, assim, teve a carreira acadêmica prejudicada por ação dos órgãos de informação.<sup>110</sup>

Outra forma de intervenção era recomendar demissão ou não renovação do contrato de trabalho de certos professores. Na UFScar, em 1974, o maestro Geraldo Menucci foi demitido após pressões da Arsi/SP, que enviou à reitoria informações sobre indícios de ligação dele com o PCB pernambucano, nos anos 1960. Inicialmente a reitoria hesitou, mas acabou por rescindir o contrato com apoio do conselho de curadores da instituição, que, nas palavras da Arsi/SP, “baixou a Resolução n.11/74, recomendando ao reitor a rescisão em apreço, sob o pretexto de reformular as atividades desenvolvidas pelo Centro Cultural do estabelecimento”. Na UEL, em 1978, o professor Osvaldo Coimbra foi demitido após ter feito referências públicas ao obscurantismo político praticado pela instituição. Na UFF, em 1976, segundo registro da ASI/DR-3/MEC, o reitor rescindiu contratos de alguns professores considerados de esquerda, um dos quais havia sido preso por órgão de segurança. Em 1973, a UnB demitiu a professora Helga Hoffmann, após receber informações de que ela fora punida durante os expurgos de 1969. Helga fora docente do Iseb até 1964 e demitida por abandono de cargo em 1969, pena fundamentada também no AC-39.<sup>111</sup> Em seu caso, entendia-se que a punição por Ato Institucional impedia o trabalho em qualquer órgão público, conforme os termos do AC-75.

Na USP, em meados da década de 1970, houve vários casos de professores cujos contratos foram rescindidos. No ano de 1974, a Aesi/USP elaborou um relatório sobre a situação funcional de dois professores julgados no processo do “Grupo dos Arquitetos” acusados de envolvimento com a guerrilha, Sérgio Ferro e Rodrigo Brotero Lefèvre. A Assessoria da USP informou que o primeiro se encontrava no exterior e não estava mais ligado à universidade, mas o segundo tinha contrato ainda em vigor, e concluía: “Esta Aesi já tomou providências visando evitar seja renovado o atual contrato, que findará a 31/12/1974.” O contrato de Lefèvre efetivamente foi rescindido em outubro de 1974, no entanto, ele entrou na Justiça, alegando ter conquistado estabilidade, e ganhou a causa, sendo readmitido na USP em março de 1975. Logo depois requereu afastamento sem vencimentos por um ano, para lecionar em Grenoble, na França, sendo atendido pela reitoria.<sup>112</sup>

Na mesma época, a Escola de Comunicação e Artes da USP viveu momento de expurgo nas mãos do diretor Manuel Nunes Dias, professor identificado com os militares mais radicais. Sua “mão pesada” no trato com a comunidade

acadêmica gerou críticas até de agentes do Exército, que consideraram algumas de suas medidas contraproducentes, por aticar o ânimo radical dos alunos – cujos protestos foram registrados no Capítulo 4. Ele cancelou os contratos dos professores Jair Borin, Paulo Emílio Sales Gomes e José Marques de Melo, seguindo recomendação de órgãos de segurança. O professor Paulo Emílio Sales Gomes resolveu resistir à demissão, apesar de o reitor ter sugerido que ele se resignasse. Foi organizada uma comissão de notáveis de várias faculdades da USP para pressionar o reitor, e Paulo Emílio enviou denúncias a cinematecas do mundo inteiro, que mandaram protestos à reitoria. Assustado com a repercussão negativa, o reitor entendeu que era melhor enfrentar o mau humor dos órgãos de repressão, e a demissão foi suspensa.

Assim como Paulo Emílio e Rodrigo Lefèvre, outros vetados tentaram usar os meios à disposição para manter o emprego ou o direito à vaga. Em alguns casos, professores aprovados em concurso e não contratados por razões políticas recorreram à Justiça ou ameaçaram fazê-lo. Em Pernambuco, o reitor da UFPE inicialmente aceitou a indicação dos órgãos de informação e não deu posse ao professor Geraldo Gomes, aprovado em primeiro lugar em concurso, convocando o segundo classificado. Entretanto, como Gomes ameaçasse abrir um processo, a reitoria achou melhor contratá-lo, pois considerava quase certa a derrota nos tribunais. O Exército e a polícia pernambucana consideraram um acinte a manutenção do professor, que já havia sido preso e pertencera à Sociedade de Amigos da URSS. Porém, o reitor acabou mantendo-o nos quadros da UFPE, com o argumento de que Gomes não se envolvia em atividades políticas dentro da instituição.<sup>113</sup>

Caso semelhante aconteceu em Aracaju, em 1974, mas com desfecho diferente. Ao contrário de seu colega da UFPE, o reitor da UFS aceitou a indicação dos órgãos de informação e não nomeou uma professora aprovada em primeiro lugar em concurso. Segundo a agência local do SNI, o reitor sempre seguia as diretrizes do governo e, por isso, vinha vetando “o ingresso de todas as pessoas não recomendadas pelos órgãos de informações, como medida preventiva para evitar a presença na universidade de elementos capazes de perturbar o ambiente”. A prejudicada, Elvidina Macedo de Carvalho, que havia sido liderança estudantil em 1968, resolveu acionar a Justiça, em processo que se arrastou e foi acompanhado pelo SNI até 1978. Primeiro ela entrou com protesto judicial contra o ato do reitor; meses depois tentou um mandado de segurança para garantir seu direito ao cargo e impedir que a universidade realizasse novo concurso. Inicialmente o juiz acolheu o pedido de mandado, mas resolveu revogá-lo ao receber explicações da reitoria, que deve ter usado algum



subterfúgio administrativo para encobrir o veto político. Elvidina Carvalho ainda recorreu ao Tribunal Federal de Recursos, sem que se saiba o resultado final. De qualquer modo, esse é um exemplo de que as instâncias judiciais por vezes cooperaram com os atos repressivos.<sup>114</sup>

Enquanto certos dirigentes universitários acatavam sempre as determinações do aparato repressivo, outros, a depender das circunstâncias, tentavam atender também a algumas demandas em benefício das pessoas visadas. É interessante observar que estes últimos nem sempre o fizeram por discordarem do Estado autoritário, mas por serem suscetíveis a pressões da comunidade acadêmica. Alguns desejavam realmente proteger suas universidades das ações repressivas, enquanto outros estavam interessados em preservar a reputação entre colegas e estudantes. Qualquer que tenha sido a motivação, certas reitorias resistiram a pressões para demitir ou não contratar, ou aceitaram negociar saídas alternativas. No caso da USP, já se mencionou que Paulo Emílio Sales Gomes foi mantido no cargo apesar da pressão dos “órgãos”. A reitoria desta universidade aceitou também gestões para o “desbloqueio” de outras pessoas vetadas. Foram localizadas informações sobre dois casos na área de letras, mas é possível que houvesse outros. Segundo indicação dos OIs, a contratação de João Luiz Lafetá deveria ser vetada, e o contrato do professor Flávio Aguiar deveria ser suspenso. Entretanto, a reitoria da USP foi convencida a manter os dois, graças a gestões de prestigiados professores da instituição, principalmente Antonio Candido de Mello e Souza.<sup>115</sup>

Vale ressaltar, os diretores das unidades universitárias tinham participação de destaque nesses casos, já que lidavam diretamente com os professores e, por essa razão, eram ouvidos pelas reitorias na hora das decisões difíceis. Um caso ilustrativo da ação dos diretores ocorreu em 1974, no Instituto de Física da USP. Naquele ano retornou ao seu cargo, após quatro anos de licença, o professor Silvio Salinas, pessoa conhecida das agências de segurança por sua militância estudantil no ITA, de onde foi afastado em 1964, e na esquerda, suspeito de pertencer ao Partido Comunista e de simpatizar com a Ação Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighella. Logo após o AI-5, Salinas foi fazer doutorado nos Estados Unidos; quando terminou, voltou ao Brasil e pediu reintegração no cargo. Em julho de 1974, a Aesi/USP dirigiu um PB ao SNI porque o contrato de trabalho de Salinas estava para ser prorrogado; na resposta, chegou o prontuário do professor, de cinco páginas, descrevendo suas atividades, prisões, seus contatos políticos etc. No parecer do SNI foi anotado: “Existem vários registros negativos sobre o nominado.” Mesmo assim, ele foi mantido na USP. No entanto, isso não significa que ele tivesse ficado livre de problemas. Entrevistado para

este trabalho, Salinas se recordou que lhe foi negado o tempo integral, o que implicava salário mais baixo, e o obstáculo era político. Pouco depois, o diretor do Instituto de Física (Luiz de Queiroz Orsini) o chamou para conversar e perguntou se ainda mantinha militância política. Como a resposta fosse negativa, Orsini disse que acionaria seus contatos para liberar a contratação em regime de tempo integral, pois isso era de interesse do instituto, já que Salinas tinha feito doutorado em instituição de prestígio.<sup>116</sup>

Na UFMG, em 1972, a reitoria recebeu o seguinte documento da DSI/MEC – e deve-se notar que a demissão era justificada em nome da democracia: “Em defesa de nossos princípios democráticos, recomendamos a Vossa Magnificência, em nome de Sua Excelência, o sr. ministro da Educação e Cultura, sejam tomadas imediatas providências no sentido de dispensar Valmir José de Resende dessa Universidade.”<sup>117</sup> O professor era suspeito de pertencer ao grupo Ação Popular Marxista-Leninista. Em sua resposta, o reitor Marcelo Coelho explicou que Resende fora absolvido em processo baseado no Decreto 477, e não via motivo para demiti-lo. No fim, em tom ao mesmo tempo cômico e malicioso, questionou: “Na falta de qualquer outro dado, esta reitoria vem manifestar a Vossa Excelência, respeitosamente, o seu maior interesse em conhecer os motivos que contraindicam a permanência do aludido professor no serviço público.” Além de Valmir de Resende, o professor Aldeysio Duarte, da Faculdade de Engenharia, também estava na mira, sob a mesma acusação. Como a universidade absolveu os dois professores no inquérito interno, a DSI/MEC conseguiu que a Cismec abrisse processo de investigação sumário, também concluído sem punições, com decisão pelo arquivamento.<sup>118</sup> O mesmo reitor recebeu pressões também para afastar um de seus auxiliares mais próximos, o professor Hélio Pontes, diretor de Planejamento da UFMG, que figurara na lista dos demitidos da UnB em 1965. Ele, porém, resistiu e manteve Pontes no cargo.

Entre 1974 e 1976, a UFMG seria questionada pela contratação de outras pessoas suspeitas, na visão dos OIs, como os professores Michel Le Ven, João Machado Borges Neto e Ronaldo Noronha. A mesma reitoria que aceitou o veto a Mares Guia resolveu bancar a contratação dos três. O primeiro havia sido preso em 1968, acusado de envolvimento com grupos radicais; o segundo tinha presidido o DCE e fora detido pelo Dops por acolher guerrilheiros procurados. O caso de Noronha era mais complicado, pois tinha registros como militante do PCB nos anos 1960. No LDB para sua contratação, em abril de 1975, a DSI/MEC escreveu: “Existem registros desaconselhando.” Não obstante, o reitor autorizou a contratação e fez anotação de próprio punho no ofício da



DSI, pouco abaixo da assinatura do diretor do órgão: “Não vejo prejuízo em autorizar a contratação.”<sup>119</sup> Na verdade, o professor já tinha um contrato como auxiliar e lecionava desde 1969, e o processo em 1975 referia-se à nomeação para a classe de assistente, após aprovação em concurso público.

Até na UnB do reitor Caio Benjamin Dias, que havia demitido dezenas de professores após o AI-5, as recomendações demissionárias nem sempre eram bem-acolhidas. Em março de 1969, o reitor recebeu carta dura do general Turrolla, diretor da DSI/MEC, furioso porque a UnB resolvera manter nos quadros professor cuja “cabeça” ele havia pedido. Era de fato exigente o oficial, pois não se contentara com o grande expurgo promovido por Dias nas primeiras semanas de 1969 e estrilava porque um nome fora preservado. No seu ofício, além de reclamar do reitor por não ter sido ouvido, o general fez um prognóstico pessimista: “Deus queira que o prof. Agostini não venha a lhe causar outros aborrecimentos, já que V. Magnificência não o demitiu, como esperávamos, são os votos que lhe desejamos.”

Na UFC, o reitor também não afastou um professor, apesar das pressões do SNI local, que chegou a calcular o montante da multa trabalhista ante as alegações da reitoria de que o custo da demissão seria alto. Pela mesma época, e de maneira semelhante, o reitor da UFC tergiversou diante das gestões do SNI contra outro professor da instituição, um padre que lecionava na Faculdade de Educação. Pelos dados disponíveis, a reitoria da UFC conseguiu “enrolar” o SNI por cerca de dois anos, embora não tenham sido localizadas informações sobre o desfecho do caso dos dois professores.<sup>120</sup> Na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1974, o SNI pressionou a reitoria por causa de professor que vinha criticando o governo em sala de aula. Em resposta, o reitor alegou desconhecer que o professor fora considerado “não liberado para o magistério” pelo SNI. E adicionou “que não possui instrumentos administrativos para dispensar os serviços do professor, em face de ser concursado, catedrático, e contar com mais de trinta anos de serviço público”.<sup>121</sup>

Alguns reitores chegaram a questionar os procedimentos da triagem ideológica, embora de maneira sutil, para evitar maiores riscos. Por exemplo, em maio de 1975 o reitor da UFMG escreveu ao ministro Ney Braga reclamando desses procedimentos. Ele argumentava que a DSI tinha mecanismos de investigação demorados, gerando problemas e insegurança entre os interessados e os chefes de departamento, e apontava ainda incoerência nos procedimentos, pois às vezes a mesma pessoa era liberada para um cargo e barrada em outro. “Assim, senhor ministro, sentimo-nos no dever de trazer a V. Exa. as nossas preocupações, para que se estude o problema e se encontre uma solução que,

atendendo aos interesses da segurança, evite repercussões desagradáveis para a universidade, para o ministério e para o próprio governo.”<sup>122</sup>

Iniciativa parecida teve a reitoria da UFPA, no final de 1973, que estranhou a preocupação do SNI de Belém em vigiar a escolha dos coordenadores de curso. O problema começou com a pressão da agência de informações sobre o reitor a fim de destituir o coordenador do curso de graduação em direito. A universidade respondeu que as funções de coordenador eram meramente didático-científicas; além disso, nada desabonava o professor em questão, e não se conhecia nenhuma atitude subversiva de sua parte. A ABE/SNI (agência de Belém) insistiu no veto, argumentando se tratar de cargo delicado – os coordenadores de curso podiam “exercer uma razoável influência na orientação de jovens universitários”.<sup>123</sup>

Não se sabe o desfecho do episódio, se a reitoria da UFPA conseguiu manter ou não o professor no cargo, mas ele é interessante por lançar luz sobre outra dimensão da triagem ideológica. Além de vetar contratações, os OIs também escrutinavam os nomeados para cargos como reitor, diretor, chefe de departamento e coordenador de curso (e respectivos vices). De acordo com entrevistas e documentos oficiais, muitos docentes foram impedidos de assumir esses cargos, em diversas universidades. Certos reitores tinham alguma chance de manter contratações não recomendadas, mas era mais difícil “driblar” vetos para nomeação de postos de direção, pois o processo implicava atos externos à universidade, como a publicação no *Diário Oficial*. No caso de alguns professores cuja contratação não se conseguira impedir, ou cuja demissão não se pudera obter, os “órgãos” tiveram ao menos a satisfação de bloquear a nomeação para cargos administrativos.

O empenho das agências repressivas para manter as universidades “livres” de professores ideologicamente suspeitos teve resultados parciais. Em vários documentos dos OIs foram registradas manifestações de descontentamento e amargura diante das dificuldades encontradas, às vezes em tom de alarme, por considerarem que o proselitismo comunista continuava “sob as barbas” do regime militar. Nesse sentido, o Departamento de História da USP constitui caso interessante. Segundo diligências da Comissão Estadual de Investigações (CEI), órgão criado pelo governo paulista em 1969 para investigar os funcionários “subversivos”, esse departamento havia se tornado centro de infiltração comunista. Em 1973, a CEI tentou mobilizar o SNI para uma ação conjunta contra quatro professores marxistas do Departamento de História, que estariam pressionando pela contratação de outros esquerdistas e pelo afastamento de “democratas”. Além disso, o grupo exerceria influência negativa sobre os alunos,



instigando-os a realizar manifestações de oposição. De acordo com o informe, um dos professores foi afastado (era ex-oficial punido pelo regime militar), mas os outros jovens docentes continuavam em atividade. Como em breve seriam doutores, a situação iria se agravar, pois teriam mais poder e influência.<sup>124</sup>

Preocupações semelhantes aparecem em informações sobre outras universidades. Na UFPB, em 1976, assumiu a reitoria o professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Se até então os OIs haviam tido sólido apoio naquela instituição, com a ascensão de Lynaldo as coisas mudaram, pois seu estilo era mais contemporizador e afinado com a perspectiva da distensão política. No início de 1977, a Seção de Informações do IV Exército mandou documento ao SNI reclamando que, desde o início de 1976, a UFPB vinha contratando vários professores com registros políticos comprometedores. E as dores de cabeça dos agentes repressivos pioraram nos anos seguintes, pois a universidade se tornou centro importante na área de ciências humanas e sociais exatamente em decorrência dessas contratações.<sup>125</sup>

### As ASIs na mira: ineficiência e corrupção

A sanha vigilante dos órgãos de informação nem sempre terminou em expurgos ou contratações bloqueadas. Embora alguns dirigentes universitários fossem entusiastas da prática de filtrar as contratações e tomassem iniciativas próprias nesse sentido,<sup>126</sup> outros reitores e diretores resistiam ou negociavam. Evidentemente, isso não significa que o fizeram sempre, pois em outras oportunidades aceitaram as recomendações autoritárias.

Está claro, portanto, que os OIs não desfrutaram poder ilimitado, e nem sempre sua vontade prevaleceu. Porém, falta analisar outra questão para entender melhor os limites do poder das agências de informação das universidades. Elas não desfrutavam prestígio elevado entre a própria comunidade de informações, que duvidava de sua eficiência e da capacidade de seus agentes. De fato, os sistemas setoriais de informações existentes nos ministérios civis, aí incluídas as DSIs, jamais gozaram de imagem unânime. Os órgãos efetivamente prestigiados e poderosos eram o SNI, as agências de informação das Forças Armadas (CIE, Cenimar e Cisa) e, em segundo plano, a Polícia Federal e os Dops. Isso tinha relação com a qualidade da “mão de obra”, pois os melhores quadros eram recrutados pelas principais agências de informação, e as DSIs e ASIs tinham de se contentar com as opções restantes, muitas vezes oficiais reformados ou funcionários e professores improvisados na função.

Exatamente pela percepção de funcionamento pouco satisfatório dessas agências, em 1974 o Conselho de Segurança Nacional fez um estudo sobre as comunidades setoriais de informação dos ministérios, sobretudo as DSIs, visando à reformulação do sistema. A análise do CSN concluiu que as DSIs nem sempre funcionavam da maneira esperada pela vigência de algumas distorções. Em primeiro lugar, em muitos ministérios elas seriam temidas demais, por seu trabalho de controle do pessoal, e com isso não conseguiam a devida colaboração dos outros funcionários. Para piorar, alguns ministros não confiavam nelas e pouco consideravam suas opiniões, às vezes relegando-as a funções subalternas, como guardar a segurança física das instalações. Além disso, ainda segundo o estudo do CSN, algumas DSIs estavam com lotação de pessoal acima do aceitável, graças à atração exercida pelas gratificações.

Como consequência desse estudo, saiu nova regulamentação em 1975 (mencionada no início deste capítulo), redefinindo a estrutura das DSIs e ASIs e os respectivos limites de pessoal, e também aumentando as exigências para os candidatos aos cargos principais. Ficou igualmente estabelecido, como já se mencionou, que esses órgãos não poderiam fazer trabalho policial ou de guarda. O estudo do CSN falava ainda na necessidade de submeter os diretores de DSI a breve estágio para melhorar sua compreensão e aplicação das regras do trabalho com informações, mas não se sabe se isso foi realizado.<sup>127</sup> É interessante notar que as memórias de alguns ministros do regime militar confirmam a análise do CSN: eles nem sempre seguiam a orientação de “sua” DSI. Paulo Egydio Martins, ministro da Indústria e Comércio entre 1966 e 1967, e João Paulo dos Reis Velloso, titular da Seplan entre 1969 e 1979, por exemplo, relatam episódios em que não confiaram nas informações dos “órgãos” e não acataram orientações para demitir certas pessoas visadas.<sup>128</sup>

Efetivamente, o trabalho de “informação” realizado por tais agências muitas vezes não primava pela qualidade, e há muitos exemplos de imprecisões e erros primários, como neste caso pitoresco: no início dos anos 1970, o professor José Goldemberg foi chamado pelo reitor da USP (Orlando Marques de Paiva) para esclarecer questão séria que, nas palavras dele, poderia prejudicar a carreira do físico. Havia uma denúncia de que ele fora fazer curso de guerrilha em Cuba! Surpreso e incrédulo, Goldemberg explicou que estivera por dois dias em Trinidad y Tobago, para evento acadêmico, e inclusive almoçara com o embaixador brasileiro.<sup>129</sup>

A qualidade do trabalho das ASIs universitárias foi colocada em questão diversas vezes, tanto pela DSI/MEC quanto pelo SNI. As críticas variavam da incompetência ao desleixo, havendo casos mais graves também, em que o



problema era a corrupção, prática normalmente atribuída aos inimigos. Naturalmente, havia diferenças de perfil entre as dezenas de ASIs universitárias, e algumas delas receberam elogios por sua dedicação ao serviço. Em 30 de maio de 1972, o diretor da DSI/MEC enviou carta circular elogiando as Aesis da UnB, UFPA, UFRPE, Ufal, UFBA, UFSE e UFPB, dando a entender que vinham atuando com maior eficiência que as demais.<sup>130</sup> Em outras ocasiões, a DSI cobrou mais empenho dos chefes das Aesis e apontou as falhas que vinham sendo cometidas, desde uso inadequado do vocabulário técnico, passando pelo atraso na elaboração dos relatórios periódicos de informação, até o descumprimento da norma de fazer o LDB para todas as contratações e nomeações. Os oficiais da DSI alertavam também para a importância de processar melhor os informes, que deveriam conter análises e comentários para ajudar no trabalho de inteligência. Exatamente pelas falhas apontadas, e no espírito de “revisão” da comunidade de informações nos ministérios, em 1975 a DSI/MEC resolveu fazer visitas de inspeção às ASIs e Arsís. Haveria também reuniões regionais para troca de experiências e ensinamentos sobre arquivos, práticas de lidar com documentos etc.<sup>131</sup>

Ao longo dos anos, alguns funcionários e chefes de ASI foram afastados dos cargos, acusados de incompetência, leniência ou corrupção, e sobre isso há vários exemplos. Em setembro de 1976, o Centro de Informações do Exército elaborou relatório sobre o chefe da ASI/UFRRJ, um major-brigadeiro reformado da Aeronáutica considerado relapso e bonachão demais, incapaz de vigiar os adversários políticos e o tráfico de drogas na universidade. Em 1980, o chefe da ASI da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) estava na mira do SNI por desempenho funcional insuficiente. Ele era acusado, principalmente, de apatia e desinteresse em vigiar o movimento estudantil local. Mais complicado ainda era o caso do chefe da ASI da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), professor da instituição cuja filha era líder do movimento estudantil em Manaus, o que comprometeria o desempenho do pai como agente de informações. Segundo relatório do agente do SNI, em tom estupefato, a moça, “contestadora obstinada, ativista fervorosa”, chegou a usar o carro da ASI para entregar panfletos subversivos do movimento estudantil.<sup>132</sup>

Situação que causava muita preocupação na “comunidade de informações” era quando seus agentes se expunham publicamente ou deixavam vazar documentos sigilosos. Caso assim aconteceu em Manaus, em 1975, envolvendo o chefe da Aesi local – o antecessor do que tinha a filha militante –, economista e funcionário de carreira da universidade. O nome dele foi denunciado por vereador da cidade, que o apontou como agente do SNI e o acusou de receber

proventos indevidos da universidade, gerando repercussão na imprensa local.<sup>133</sup> No Ceará, em 1976, a Polícia Federal ficou furiosa com a ASI/UFC, então chefiada por um major do Exército. Ele teria dado cópia de documento sigiloso para um investigado que, com o papel na mão, foi à PF pedir satisfações. Presionado por ter cometido crime, segundo as normas que regiam a guarda de documentos sigilosos (o RSAS), o chefe disse que o erro fora de uma funcionária da assessoria, a ser prontamente demitida.<sup>134</sup> Por razões semelhantes, também foi demitido um agente da Aesi da UFMA, em fevereiro de 1974, por “atitudes inconvenientes, desrespeito ao sigilo da assessoria e desacato à autoridade”.<sup>135</sup>

Casos mais complexos envolveram irregularidades graves, como tráfico de influência, suborno e extorsão, situações constrangedoras para um aparato de segurança que se considerava na linha de frente no combate à corrupção. Nesse aspecto, a Arsi/RJ, segundo investigação do SNI em 1975, tinha um funcionário problemático. Ele fora contratado por ser cunhado do chefe da assessoria, quando já possuía histórico policial por agressões e lesões corporais. Colocado à disposição da Arsi/RJ graças à intervenção do cunhado poderoso, ele começou a praticar extorsão apresentando-se como agente do SNI. Incomodado com o uso de seu nome para a prática de crimes comuns, o SNI conseguiu que ele fosse afastado da agência carioca. Em 1984, e no mesmo órgão, cuja denominação havia mudado para ASI/Demec/RJ, aconteceu caso de denúncia de corrupção, dessa vez envolvendo o próprio chefe, um coronel do Exército. Segundo informe do CIE, o coronel, que passava por dificuldades financeiras, era suspeito de aceitar suborno para abafar investigação sobre irregularidades praticadas por uma instituição de ensino.<sup>136</sup>

Efetivamente, o aparato de segurança e informações oferecia algumas possibilidades de lucro para pessoas inescrupulosas que se associaram ao sistema nem tanto para salvaguardar a segurança nacional, mas para tirar vantagens. Na comunidade setorial de informações do MEC, as melhores oportunidades para os pilantras estavam nos cursos e instituições de ensino superior que proliferaram nos anos 1970, comandados por empresários nem sempre honestos. Situação promíscua entre agentes de informação e empresários educacionais aconteceu na área de São Paulo, na primeira metade dos anos 1970. O caso gerou vários informes, informações e relatórios produzidos pelo SNI, que se preocupou, pela importância da área e pelo risco de tornar vulnerável a vigilância política sobre as universidades paulistas. As denúncias envolviam dois irmãos, AC e KC, sendo que o primeiro, o mais velho, fora nomeado chefe da Arsi/SP em 1971. Em seguida, em 1972, o irmão mais velho indicou o caçula para chefiar a então recém-criada Aesi/USP. Nenhum deles tinha formação



militar, porém o mais velho havia sido policial civil, afastado do serviço público por práticas condenáveis. E muitas irregularidades os irmãos cometeram na área educacional em São Paulo, de acordo com o SNI. O primeiro informe atribuindo crimes aos dois é de 1973, e nele se afirma que o chefe da ASI/USP era usuário de drogas, falsário e possuía automóvel de preço incompatível com sua renda. Segundo denúncias, os dois faziam tráfico de influência em favor de determinados empresários do ensino, enquanto achacavam outros. Para desalento do SNI, algumas das práticas mencionadas envolviam cursos de formação de professores de moral e cívica, cujas precariedades e irregularidades eram escamoteadas pelos dois irmãos, aproveitando-se do poder conferido pelo posto de agentes de informação. Na conclusão de um dos documentos sobre o caso, a agência do SNI em São Paulo assim se referiu à dupla:

Comprometem, sobremaneira, a imagem do Sistema Nacional de Informações e podem acarretar malefícios incalculáveis à política educacional, por tratar-se de elementos vulneráveis a todo tipo de assédio das forças antirrevolucionárias e que viciam a estrutura das escolas públicas vendendo proteção ou exercendo o tráfico de influência.<sup>137</sup>

As pressões do SNI tiveram resultado apenas três anos depois, em 1976, por intervenção do novo comandante do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro. Esse oficial foi nomeado para substituir o general Ednardo D'Ávila Mello – acusado de permitir, em seu comando, excessos de violência que levaram às mortes, sob tortura, de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho. Gomes Monteiro chegou com forte apoio do presidente Geisel. Informado sobre as acusações de corrupção, o general conseguiu convencer a DSI/MEC a afastar AC, o irmão mais velho, da Arsi/SP. Pressionado, o reitor da USP disse que gostaria de se livrar de KC também, mas preferia que o poder federal o removesse do cargo, talvez por temor de represálias. Ele só foi convencido a fazê-lo depois de conversar com o comandante do II Exército, que o fez perceber a ausência de alternativas, pois a chefia da ASI/USP era cargo de confiança do reitor. Com a saída dos irmãos, oficiais da reserva foram nomeados para os cargos, por indicação do general Dilermando Gomes Monteiro. Mas o funcionamento da ASI/USP permaneceu problemático até o fim, principalmente porque, na segunda metade dos anos 1970, os movimentos estudantil e docente entraram em cena, com denúncias na imprensa e na Assembleia Legislativa. Esse episódio envolvendo as agências de informação mais importantes do sistema educacional paulista, além de revelar os conflitos internos e a corrupção

dentro da “comunidade”, também mostra os limites do poder dos OIs, para não falar da fraqueza do reitor da USP.

Nem sempre eficientes, nem sempre honestas,<sup>138</sup> por isso mesmo a imagem e o prestígio das ASIs universitárias estavam longe de ser unânimes entre a elite administrativa do país. Para a comunidade universitária, elas eram entidades misteriosas, cujo poder real foi exagerado pelo clima da época, propício à circulação de boatos de todo tipo. Alguns reitores e funcionários de alto escalão do governo elaboraram estratégias para lidar com essas agências, ao perceber seus pontos fracos e seus limites. As ASIs universitárias e a DSI/MEC às vezes cometeram erros bisonhos na produção de informações, e perderam várias batalhas na luta contra “a subversão e a corrupção”. Por isso, não se deve incorrer no exagero de enxergar aí manifestação de totalitarismo, pois havia espaços que a vigilância não cobria, ou que eram inventados graças à criatividade de membros da própria comunidade universitária.

Não obstante, a capacidade que essas agências tinham de obter informações era notável, pois ficavam sabendo de detalhes de somenos, como o título de um livro doado a uma biblioteca, uma frase dita por aluno na lanchonete da faculdade. Em sua ação cotidiana, elas ajudaram a retirar da vida acadêmica um de seus elementos mais preciosos, a liberdade. Como um dos parafusos da engrenagem de vigilância e repressão montada pelo regime militar, elas contribuíram para criar ambiente que atrapalhou a produção e a reprodução do conhecimento, sobretudo nas áreas do saber mais visadas, ajudando igualmente a empobrecer o debate político. Além disso, sua atuação prejudicou a carreira de muitos docentes, trazendo sofrimento e frustração.

As ASIs representaram um dos traços mais marcantes do autoritarismo imbricado no projeto de modernização conservadora das universidades. Por isso, sua extinção tornou-se uma das principais bandeiras dos movimentos docente e estudantil que entraram em ação no final dos anos 1970, além de pré-condição para efetiva democratização das instituições de ensino superior.